

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA  
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL  
SUSTENTÁVEL

MAURI JOSÉ SCHNEIDER

**A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIREITO À  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL – PARANÁ**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
PARANÁ - BRASIL

2014

MAURI JOSÉ SCHNEIDER

**A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIREITO À  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL – PARANÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade rural.

Orientadora: Prof. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler

Co-orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin

Co-orientador: Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR**

**2014**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,**  
**Brasil)**

S359p	<p style="text-align: center;">Schneider, Mauri José</p> <p>A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal - Paraná / Mauri José Schneider. - Marechal Cândido Rondon, 2014. 100 p.</p> <p>Orientadora: Prof. Dr. Marli Renate von Borstel Roesler Coorientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin Coorientador: Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva</p> <p>Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.</p> <p>1. Agricultura familiar. 2. Sustentabilidade. 3. Merenda escolar. I. Roesler, Marli Renate von Borstel. II. Zonin, Wilson João. III. Silva, Nardel Luiz Soares da. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 22.ed. 630 CIP-NBR 12899</p>
-------	--

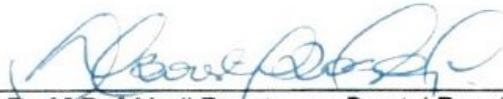
Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

**MAURI JOSÉ SCHNEIDER**

**A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIREITO À  
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL - PARANÁ**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 07 de agosto de 2014.



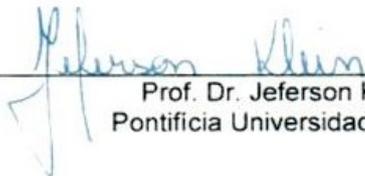
---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marli Renate von Borstel Roesler - Orientadora  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marize Rauber Engelbrecht - Membro  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



---

Prof. Dr. Jeferson Klein - Membro  
Pontifícia Universidade Católica - PUC

Dedico este trabalho a todas as  
pessoas que dão significado à nossas vidas e  
que tornaram possível a realização desta  
pesquisa...

## AGRADECIMENTOS

A Deus – que me permite a existência e o dom da vida.

À professora Orientadora Marli Renate von Borstel Roesler como prova de reconhecimento do grande profissionalismo e pela paciência, auxílio e partilha de seus conhecimentos durante a orientação.

Aos meus pais, Ivo (*in memoriam*) e Lurdes, pelo exemplo de caráter e sabedoria na simplicidade da vida.

À Edra Rossoni por ter contribuído na aplicação dos questionários e ter estimulado imensamente para esse desafio e ao meu filho Gabriel por ser um grande companheiro, amigo e a razão desse esforço.

Ao Professor Nardel Luiz Soares da Silva - Coordenador do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, nível mestrado da Universidade Estadual do Paraná por mostrar o caminho.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, nível mestrado, da Universidade Estadual do Paraná, em especial ao Professor Wilson João Zonin pelos ensinamentos, estímulos, contribuições no conhecimento da temática sustentável.

A Lizete E Fredo por ser uma pessoa dos bastidores, comprometida, amiga, colaboradora, facilitadora e animadora no Programa de Pós-Graduação em DRS.

À amiga Eneide Rosso, por contribuir com experiências vivenciadas nas comunidades tradicionais, compartilhar inquietações, realizando reflexões sobre um olhar social na interface com econômico e ambiental.

Ao Prefeito do Município de Missal PR Adilton Ferrari - Gestão 2013/2016 e colegas Ivanda, Eurides, Altair, Clessio, Rafael, Lilian e Ronaldo, funcionários do Colégio Estadual Padre Eduardo Michelis, Professores da APAE e agricultores por contribuírem na resposta do questionário, informações e colaborações na pesquisa.

Ao Presidente do Conselho dos Mun. Lindeiros Jucerlei Sotoriva Gestão 2013/ 2014 e colegas Jair Zatti, Paula e Sandra, colegas da Itaipu Binacional Leila Alberton e Silvana Vitorassi pelo apoio necessário para essa construção.

Enfim, todas as pessoas que, indiretamente, tornaram possível a realização do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Rural Sustentável, nível mestrado.

“Não há saber mais ou saber menos, há saberes diferentes”

Paulo Freire, 1992;

## LISTA DE SÍMBOLOS

CAE – Conselhos de Alimentação Escolar  
CGU – Controladoria Geral da União  
CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná  
CNA – Comissão Nacional de Alimentação  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF  
DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante  
FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura  
FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico  
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
HA - Hectare  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos  
PDU – Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAPO – Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica  
PNASAN – Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNDA – Plano Nacional de Defensivos Agrícolas  
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONEA – Programa Nacional de Educação Ambiental  
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SETS – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

TCU – Tribunal de Contas da União

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Principais Produtos Agrícolas, Paraná, 2011 .....	46
Tabela 2 - Abates de Animais, Paraná, 2012 .....	47
Tabela 3 - Informações das Escolas e Instituições que recebem alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	65
Tabela 4 - Idade dos agricultores participantes pesquisa, Missal - PR, 2013 .....	67
Tabela 5 - Número de filhos das famílias que participaram do estudo, Missal - PR, 2013 .....	68
Tabela 6 - Membros da família da pesquisa, Missal - PR, 2013 .....	69
Tabela 7 - Membros da família que trabalham na produção dos alimentos, Missal - PR, 2013 .....	69
Tabela 8 - Grau de instrução do entrevistado, Missal - PR, 2013 .....	70
Tabela 9 - Tamanho da área da propriedade, Missal - PR, 2013.....	71
Tabela 10 - Programa Social, Missal - PR, 2013.....	71
Tabela 11 - Sem PAA e PNAE qual a outra fonte de renda da propriedade, Missal - PR, 2013 .....	72
Tabela 12 - Principais produtos entregues no PAA, Missal - PR, 2013.....	73
Tabela 13 - Principais produtos entregues no PNAE, Missal - PR, 2013 .....	73
Tabela 14 - Sistema de cultivo dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 ..	74
Tabela 15 - Principais alimentos orgânicos entregue no PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	74
Tabela 16 - Principais alimentos convencionais entregue no PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	75
Tabela 17 - Produtos usados na produção dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	75
Tabela 18 - Custo na produção dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 ..	76
Tabela 19 - Principais forças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	77
Tabela 20 - Principais fraquezas do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	78
Tabela 21 - Principais oportunidades do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	78
Tabela 22 - Principais ameaças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013 .....	79

## RESUMO

SCHNEIDER, Mauri José, M.Sc - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Maio – 2014. **A participação da agricultura familiar na defesa do direito à alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná.** Orientadora: Prof. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler.

No presente estudo caracteriza-se a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal, PR. Para obtenção dos dados do estudo de caso realizou-se a aplicação de questionário à nutricionista do município, responsável pela alimentação escolar, ocasião em que identificou-se o consumo dos alimentos utilizados na alimentação escolar. Também realizou-se aplicação de questionários com os agricultores familiares participantes do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município, onde identificaram-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais inerentes às atividades suscitadas pelo programas. Avaliou-se os indicadores de: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, relacionadas ao PAA e PNAE. Os resultados apontam que as forças estão na comercialização. As fraquezas indicadas pelos agricultores foram: o preço baixo dos produtos, o desconto e a demora no pagamento. As oportunidades foram: valorização da propriedade rural, melhoria da infraestrutura e da qualidade de vida. As ameaças apontadas foram: restrição de eventuais ações ilícitas e corruptivas que podem ser desenvolvidas por atos de má fé dos gestores dos programas e a preocupação na possibilidade de mudança governo. Conclui-se que os programas PNAE e PAA beneficiam substancialmente o sistema da alimentação escolar e o desenvolvimento rural sustentável dos agricultores familiares do município de Missal, PR.

**Palavras- Chave:** Agricultura Familiar. Sustentabilidade. Direito à Alimentação Escolar.

## ABSTRACT

SCHNEIDER, Mauri José, M.Sc - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, May - 2014. **The participation of family farmers in defense for the right to a healthy school feeding in the city of Missal, Paraná State.** Master tutor: Prof. Dr. Marli Renate von Borstel Roesler.

The farming family has as feature the interaction between management and work, the diversification of crops on a small scale using manpower of the own farming family, whose lead all the productive process. The works made by the organic farming family contribute to sustainability, the kind of labor that respects and protects the environment. This study aims to characterize the participation of farming family in defense of a healthy school feeding in the town of Missal, PR. The research was led through a questionnaire to the nutritionist of the Education Department in charged for school feeding, to identify the consumption and production of food and 42 (forty-two) farmers participating in the Food Acquisition Program (*Programa Aquisição de Alimentos - PAA*) and National Program of School Feeding (*Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*) in the county, with the purpose is to identify, the social, economic and environmental aspects, in the rural propriety, related to the activities made by the program. From the indicators strengths, weaknesses, opportunities and threats, it was possible to assess the advantages and disadvantages to solve the issues related to the PAA and PNAE. For the research, the strengths are in the commercialization. The weaknesses of the program indicated by farmers were low prices, the discounted paid for the products values, the delay in payment and the low financial dimension fees of PAA may cause factors that limit and turn the programs difficult and may discourage small farmers that depend of these programs. The opportunities are valuing rural property, improving the infrastructure and the quality of life. The threats identified are restricted to possible illicit and corrupting actions that can be developed by guilty acts of the program managers and the possibility of changing the government. It is concluded that the PNAE and EAP programs, substantially benefit the school feeding system and sustainable rural development of farming family from Missal, PR.

**Palavras- Chave:** Farming Family. Sustainability. Rights to school feeding.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS .....	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos Específicos .....	15
<b>2</b>	<b>REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>16</b>
2.1	A CRISE DE ALIMENTOS E A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL .....	16
2.1.1	A crise dos Alimentos no Brasil e no Mundo .....	16
2.1.2	Segurança Alimentar Nutricional Sustentável.....	20
2.1.3	Política Pública de Segurança Alimentar no Brasil .....	22
2.2	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO .....	26
2.2.1	Desenvolvimento .....	26
2.2.2	Desenvolvimento Sustentável .....	28
2.2.3	Desenvolvimento Rural Sustentável.....	31
2.3	SISTEMA DE CULTIVO DOS ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR	32
2.3.1	O papel da Agricultura Familiar na produção de alimentos .....	32
2.3.1.1	Política Nacional da Agricultura Familiar .....	33
2.3.2	Cultivo Convencional .....	34
2.3.3	Cultivo Orgânico .....	34
2.3.3.1	Política pública de agricultura orgânica no Brasil .....	35
2.4	FORTELECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL .....	37
2.4.1	Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil – PRONAF ...	37
2.4.2	Programas de Alimentação Escolar.....	38
2.4.2.1	Programa e Aquisição de Alimentos – PAA.....	39
2.4.2.2	Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.....	43
<b>3</b>	<b>MATERIAL E MÉTODO .....</b>	<b>46</b>
3.1	CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO .....	46
3.1.1	Caracterização do Estado do Paraná .....	46
3.1.1.1	Organização urbano-regional do território paranaense .....	47
3.1.2	Caracterização do Município de Missal – PR .....	50
3.1.2.1	Aspectos históricos.....	52

3.1.2.2	Gestão dos Recursos Hídricos .....	53
3.1.2.3	Principais Ações Socioambientais desenvolvidas com o Programa Cultivando Água Boa .....	54
3.1.2.4	Histórico da Alimentação Escolar do Município de Missal no ano de 2013 ..	57
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>59</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA .....	59
4.1.1	Quanto à Abordagem da pesquisa .....	59
4.1.2	Quanto à Natureza da Pesquisa.....	60
4.1.3	Quanto aos Objetivos .....	60
4.1.4	Quanto aos Procedimentos .....	61
4.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	61
4.3	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	62
4.4	TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS.....	63
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>64</b>
5.1	INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA .....	64
5.1.1	Identificação Programas PAA e PNAE e instituições.....	65
5.1.2	Perfil da agricultura familiar do Município de Missal, PR. ....	67
5.1.3	Forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE .....	72
5.1.4	Matriz forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do PAA e PNAE.....	76
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>84</b>
	ANEXO 01 - FORMULÁRIO DE PESQUISA NUTRICIONISTA .....	90
	ANEXO 02 - FORMULÁRIO DE PESQUISA AGRICULTORES.....	93
	ANEXO 03 – TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO .....	95
	ANEXO 04 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO....	96
	ANEXO 05 – TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO.....	98
	ANEXO 06 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP .....	99

## 1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental e constitucional desde 1988, no art. 225 da Constituição Federal é foco de atenção quando se trata de buscar qualidade de vida e, principalmente, a sustentabilidade do sistema para as gerações futuras. Tal condição está diretamente relacionada ao uso sustentável dos recursos naturais, como solo, ar e água e conseqüentemente, envolvendo ainda aspectos sociais, econômicos e ambientais quando o assunto é a produção e o consumo de alimentos saudáveis (JACOBI, 2003).

Existe a consciência de que o ambiente é uma questão sistêmica, que envolve todas as nações e o comportamento de cada pessoa. Praticamente, todas as necessidades humanas precisam ser atendidas por algum tipo de produto ou serviço que cobra um preço da natureza.

Nas últimas décadas, a produção de alimentos aumentou de forma espantosa motivada, principalmente, pela evolução do agronegócio que emprega insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos visando aumentar a oferta de alimentos, com a pretensão de minimizar os males gerados pela fome no mundo.

No entanto, apesar dos recordes de produção alcançados nos últimos anos, percebe-se que os problemas inerentes à alimentação e nutrição humana continuam sendo preocupantes.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2012), em todo o mundo, cerca de 870 milhões de pessoas sofrem subnutrição crônica. Isso significa que uma em cada oito pessoas não tem acesso a uma alimentação saudável e adequada no seu dia a dia, o que pode gerar a insegurança alimentar e nutricional. Entre os fatores apontados para esta situação, podem ser citados a alta nos preços dos alimentos e a crise econômica. Estima-se que a fome atingirá um novo recorde histórico.

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser entendido como a garantia de todo ser humano ao acesso contínuo e permanente à alimentação básica de qualidade e em quantidades adequadamente suficientes, com base em práticas alimentares saudáveis de forma que possa contribuir para uma existência digna, possibilitando o desenvolvimento integral dos cidadãos (CONSEA, 2004).

Dentro deste contexto, faz-se necessária uma reflexão sobre as ações e práticas voltadas para a produção agrícola de forma mais criteriosa, dando atenção privilegiada para a agricultura familiar que, diferentemente do agronegócio que trabalha a monocultura e a utilização de agroquímicos, é caracterizada pela interação entre gestão e trabalho, com a diversificação de atividades e culturas em pequena escala, utilizando mão de obra dos membros da família, os quais dirigem todo o processo produtivo.

As práticas utilizadas pelos agricultores familiares contribuem com a sustentabilidade, pelo tipo de produção que desempenham respeitando e protegendo o meio. Através da integração das atividades desenvolvidas na propriedade rural mediante a disseminação de práticas fundamentadas na agricultura orgânica e agroecológica, que tem como princípio a não utilização de agrotóxicos e outros insumos químicos, voltadas para a preservação do ambiente para as gerações futuras.

O desenvolvimento, para ser sustentável, deve ser não apenas economicamente eficiente, mas também ecologicamente prudente e socialmente desejável, comparando a prática de uma agricultura sustentável, que busca maior eficiência dos sistemas de produção agrícola e, esta deve ser compatível e coerente com cada realidade ecológica, fazendo-se necessária a utilização eficaz dos recursos naturais para que estes não sejam degradados (ROMEIRO, 1998).

Neste cenário, verifica-se a importância da produção de alimentos pela agricultura familiar, relevância na contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional pela diversidade na produção de alimentos e, ainda, pelo favorecimento do desenvolvimento econômico com geração de emprego e renda no meio rural.

Destaca-se a importância das políticas públicas na promoção e incentivo da segurança alimentar nutricional e para o fortalecimento da agricultura familiar através da criação e implantação dos programas: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é um instrumento de política pública que garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Apresenta como objetivo primordial o atendimento às necessidades nutricionais dos alunos em sala de aula, contribuindo para o

crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. O programa adquire os produtos de agricultores familiares cadastrados para tal, estimulando a produção de alimentos orgânicos mediante o acréscimo 30% do valor de mercado para os alimentos orgânicos (BRASIL, 2008)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem como objetivo garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias à população em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Sob essa perspectiva, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) assegura o acesso à alimentação escolar saudável e contribui para a melhoria dos aspectos sociais, econômicos e ambientais dos agricultores familiares do município de Missal – PR?

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Caracterizar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal - Paraná.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

Contextualizar fundamentos teóricos políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PAA e PNAE;

Sistematizar dados referentes à política pública de alimentação escolar implementada no município de Missal – PR;

Identificar aspectos produtivos e socioeconômicos dos agricultores familiares que fornecem alimentos ao PAA e PNAE voltados ao desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável;

Avaliar a FFOA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) do sistema do PAA e PNAE vinculado à agricultura familiar no município de Missal.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.1 A CRISE DE ALIMENTOS E A POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

#### 2.1.1 A crise dos Alimentos no Brasil e no Mundo

Indiscutivelmente houve grande aumento na produção de alimentos no mundo nestas últimas décadas. Apesar deste cenário, segundo relatório da FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, 2012), cerca de um bilhão de pessoas carecem de nutrição adequada e um bilhão são afetada pela escassez de alimentos, percebendo-se a existência de uma crise alimentar que se caracteriza, sobretudo, pelo rápido aumento nos preços, ameaçando parcela da população a voltarem à insegurança alimentar vivida no passado.

Além disso, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), ocorrida em 2012, no Rio de Janeiro, Brasil, existem previsões de aumento da população mundial nos próximos 50 anos, aliado ao aumento do consumo de alimentos pela população mais rica, exponenciando consideravelmente a demanda global por alimentos (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL RIO+20, 2012).

Entre os fatores apontados para justificar a escassez de alimentos, estão as condições climáticas adversas, pragas, plantas invasoras, as enfermidades das plantas e o surgimento de novas tecnologias e insumos químicos para a produção, principalmente em relação ao agronegócio.

De acordo com Mendes (2010), ainda devem ser consideradas as causas humanas como:

A instabilidade política, a ineficácia e má administração dos recursos naturais; a guerra, os conflitos civis, o difícil acesso aos meios de produção pelos trabalhadores rurais, pelos sem terra ou pela população em geral; as invasões, o deficiente planejamento agrícola, a injusta e antidemocrática estrutura fundiária, marcada pela concentração da propriedade das terras nas mãos de poucos; o contraste na concentração da renda e da terra num mundo subdesenvolvido; a influência das transnacionais de alimentos na produção agrícola e nos hábitos alimentares das populações do Terceiro Mundo; a utilização da "diplomacia dos alimentos" como arma nas relações entre os países; a relação entre a dívida externa do Terceiro Mundo e a deteriorização cada vez mais elevada do seu nível alimentar e a relação entre cultura e alimentação (MENDES, 2010, p. 34).

Existe um entendimento de que a questão alimentar está estritamente ligada à capacidade de produção agrícola, ponto este que foi amplamente discutido na década de 70, “por ocasião da primeira Conferência Mundial de Segurança Alimentar promovida pela FAO, num momento em que os estoques mundiais de alimentos estavam escassos em sua limitação mínima”. Por este motivo, fortaleceu-se o argumento da indústria química em defesa da Revolução Verde na tentativa de convencer a todos que a partir do aumento significativo da produção agrícola com emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos), haveria um aumento considerável na produção de alimentos e no combate à fome (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 01)

Desta forma, iniciou-se o processo de modernização da agricultura, com o desenvolvimento do agronegócio, manifestado pela modificação das técnicas utilizadas no meio rural com a implementação significativa de maquinários e insumos industriais, substituindo a agricultura primária, que pode ser considerada como natural, gerando um grande aumento na produção nas décadas posteriores.

A expansão do agronegócio, que a princípio deveria acabar com a escassez de alimentos, de acordo com Soares (2013, p. 05), gerou um paradoxo com a violação da segurança alimentar e nutricional “contribuindo nos índices de insegurança alimentar, desigualdade social, conflitos no campo, e considerável desestruturação ambiental”.

Segundo Fernandes (2013, p. 140), “o agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. É uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundiária da agricultura capitalista”.

Para o autor, o agronegócio é uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista voltado para a monocultura, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Este formato de produção delimita-se em oposição e detrimento da agricultura familiar e da multicultura.

De forma semelhante, Vieira e D’Ornellas (2012) apontam que:

Os seus benefícios poderiam ser apontados, na medida em que possibilitou um aumento de produtividade agrícola, sem a necessidade de uma significativa ampliação de áreas cultivadas. Porém, este aumento de produtividade agrícola que pretendia acabar com quaisquer temores relacionados ao desabastecimento mundial de alimentos, além de não

alcançar tal objetivo, veio associado a elevados custos. O intenso uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, por exemplo, gerou a contaminação de recursos hídricos, degradação do solo, além de sérios problemas de saúde (VIEIRA; D'ORNELLAS, 2012, p. 186).

Desta forma, apesar de aumentos consecutivos com maior produção de alimentos, ainda não desapareceram os males da desnutrição e da falta de alimentos para grande parcela da população.

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU – Organização das Nações Unidas, para o biênio 2007/2008, no mundo, cerca de 100 milhões de pessoas estão sem teto; há 1 bilhão de analfabetos; 1,1 bilhão de pessoas vivem na pobreza, destas, 630 milhões são extremamente pobres, com renda per capita anual bem menor que 275 dólares; 1,5 bilhão de pessoas sem água potável; 1 bilhão de pessoas passando fome; 150 milhões de crianças subnutridas com menos de cinco anos (uma para cada três no mundo); 12,9 milhões de crianças morrem a cada ano antes dos cinco anos de idade.

Em relação ao Brasil, em 1987 quase 40% da população (50 milhões de pessoas) vivia em extrema pobreza. Nos dias de hoje, um terço da população é mal nutrido, 9% das crianças morrem antes de completar um ano de vida e 37% do total são trabalhadores rurais sem terras. Há ainda o problema crescente da concentração da produção agrícola, onde grande parte fica nas mãos de poucas pessoas, vendo seu patrimônio aumentar sensivelmente e ganhando grande poder político (FAO, 2012)

Cabe ressaltar que o Brasil é o quinto país do mundo em extensão territorial, ocupando metade da área do continente sul-americano. Há cerca de 20 anos, aumentou o fornecimento de energia elétrica e o número de estradas pavimentadas, além de um enorme crescimento industrial. Nada disso, entretanto, serviu para combater a pobreza, a má nutrição e as doenças endêmicas dos brasileiros.

De acordo com Maluf, Menezes e Marques (2000), a FAO estima que, na atualidade, um total de 800 milhões de pessoas passam fome em todo o mundo. A maior parte dessa população vive em países em desenvolvimento – cerca de 15% da sua população – enquanto 16 milhões de pessoas subnutridas se encontram nos países desenvolvidos, como alguns países da Ásia e da América Latina. Embora a fome e desnutrição, sejam as manifestações mais cruéis da situação de insegurança alimentar, e a incapacidade de acesso aos alimentos a sua principal causa, outros

aspectos devem também ser levados em consideração, de maneira que se identifiquem as condições necessárias para que predominem melhores condições alimentares, seja nos planos locais e nacionais ou no plano global.

Segundo o Relatório da FAO (2012, p.01), ao mesmo tempo que 870 milhões de pessoas permanecem com fome, o mundo está cada vez mais confrontado com o duplo fardo da má nutrição, da subnutrição crônica e da falta de micronutrientes, coexistindo com a obesidade, excesso de peso e doenças não-transmissíveis relacionadas “que afetam mais de 1,4 bilhões de pessoas em todo o mundo”. A FAO alerta para a falta de integração entre crescimento econômico e melhoria da nutrição com a articulação entre agricultura, nutrição e saúde.

Dentro deste contexto, a FAO (2012), adverte para os esforços dos países no sentido de ofertar para a população mais pobre o direito à alimentação adequada, minimizando e eliminando formas de insegurança alimentar e de subnutrição por meio da implantação de políticas públicas de incentivo ao crescimento econômico e desenvolvimento da agricultura nos moldes da agricultura familiar, com a possibilidade de estabelecer, à longo prazo, a segurança alimentar.

Cabe ressaltar que o crescimento da agricultura torna-se um dispositivo com grande eficácia na minimização da fome e da subnutrição, sendo de extrema importância para esta mudança o envolvimento de pequenos agricultores, principalmente os que desenvolvem a atividade nos moldes da agricultura familiar, pela característica de empregar grande parte da mão de obra e vincular os jovens à terra, propagando a cultura.

No entanto, o que se percebe é que o desenvolvimento agrário ainda é uma constante que depende de muitos melhoramentos, de acordo com Gonçalves e Engelmann (2009):

O padrão de desenvolvimento agrário atual é socialmente excludente, pois asseverou ainda mais a diferenciação social entre os agricultores, já que poucos foram favorecidos, muitos desapareceram, pois perderam suas terras, e uma quantidade também grande continuou sobrevivendo no campo, porém, de maneira cada vez mais marginal, já que os índices de pobreza e fome no campo revelam a existência efetiva de milhares de pessoas pobres e sem condições de produzir ao menos sua alimentação básica (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p.32).

Para Gliessman (2001) *apud* Gonçalves e Engelmann (2009, p. 35), “os impactos negativos da moderna agricultura acontecem porque esta depende da

simplificação dos ecossistemas para maximizar a produção e o lucro, já que aqueles que a praticam não se preocupam com as consequências ecológicas de longo prazo”.

Além do desenvolvimento agrário, outras formas de produção induzem a uma preocupação para o futuro. A utilização de sementes melhoradas muitas vezes com a mutação transgênica, a agregação de insumos químicos modernos (adubos e fertilizantes, agrotóxicos, entre outros) e na pecuária e criação de animais selecionados com base em indutores de crescimento. Estes insumos são em sua maioria fornecidos por indústrias multinacionais.

A utilização destes recursos aumentou consideravelmente a produtividade agrária e a criação de animais. No entanto, a preocupação se fundamenta sobre a manutenção sustentável destas formas de criação e da preservação sadia do ambiente.

No Brasil, em relação à crise de alimentos, o que se observa são os grandes desafios que devem ser enfrentados, principalmente quando é analisada a defasagem em relação à qualidade na educação, a deficiência das rodovias, urbanização e saneamento básico, a disparidade na concentração da renda, equidade social desproporcional e falta de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento rural.

### **2.1.2 Segurança Alimentar Nutricional Sustentável**

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) pode ser conceituada, em conformidade com Maluf, Menezes e Marques (2000), como sendo:

A garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, com base em práticas alimentares saudáveis e respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar. Esta condição não pode comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, nem sequer o sistema alimentar futuro, devendo se realizar em bases sustentáveis. É responsabilidade dos estados nacionais assegurarem este direito e devem fazê-lo em obrigatória articulação com a sociedade civil, dentro das formas possíveis para exercê-lo (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000, p. 04).

Em outras palavras, significa que todos os indivíduos devem ter o direito ao acesso regular e permanente a alimentos, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social,

econômica e ambientalmente sustentáveis, apresentando qualidade e quantidade suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais.

Para a FAO (1992), a segurança alimentar e nutricional existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.

A segurança alimentar nutricional e sustentável baseia-se na premissa de garantir o direito à alimentação de forma sustentável, com a preservação dos recursos naturais para futuras gerações, de forma saudável, nas diferentes etapas da vida.

A segurança alimentar não depende somente da existência de possibilidades de produção, distribuição e consumo de alimentos em quantidade e qualidade adequadas, mas a garantia de que haja a mesma capacidade de produção, distribuição e consumo no futuro. Os modelos alimentares atuais são duvidosos e podem colocar em risco a segurança alimentar das próximas gerações (MALUF; MENEZES; MARQUES, 2000).

Os aspectos do sistema alimentar são influenciados pela disponibilidade e pela acessibilidade do consumidor final de alimentos com características nutritivas, possibilitando a opção por uma alimentação que propicia a saúde. Além disso, as políticas e as intervenções relacionadas com os sistemas alimentares raramente se caracterizam tendo a nutrição como objetivo principal.

Nota-se que as condições socioeconômicas das famílias brasileiras interferem de modo singular na questão da segurança alimentar, visto que é um dos condicionantes que refletem a fragilidade no consumo de alimentos. Entretanto, outros fatores podem estar fortemente atrelados à questão, como raça, número de moradores no domicílio, presença de crianças e o sexo do chefe de família (MADRUGA, 2009).

Com a proposta de enfrentar o problema da fome e da má nutrição, são necessárias ações num contexto integrado medidas e intervenções complementares na agricultura e no sistema alimentar, na ordenação dos recursos naturais, na saúde pública e na educação, assim como no âmbito de políticas públicas mais amplas (MALUF; MENEZES, MARQUES, 2000).

Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA (2009), a conceituação de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvida

no Brasil, possui como objetivo, estratégias permanente de políticas públicas subordinadas aos princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da Soberania Alimentar.

Em análise a esta discussão, percebe-se que o problema da insegurança alimentar gera preocupações não apenas com a alimentação no futuro, já que o modelo alimentar atual também não é considerado o mais adequado para a população, considerando que a segurança alimentar é uma habilidade adquirida socialmente.

Assim, para que haja um retrocesso nesta situação, são necessárias as intervenções por parte do governo, no sentido de sensibilizar tanto os produtores para o cultivo voltado para o consumo alimentar primário, como os consumidores no sentido de reeducar a alimentação com a incorporação de alimentos naturais, livres de produtos refinados.

### **2.1.3 Política Pública de Segurança Alimentar no Brasil**

O termo políticas públicas compreende praticamente tudo o que é feito no âmbito do governo. Assim, uma política pública pode compreender tanto aspectos imateriais, como no caso de uma nova lei ou decreto, quanto um bem ou um serviço oferecido diretamente à população, no caso de um programa ou de uma ação de governo.

De acordo com Queiroz (2007, p. 15), as políticas públicas podem ser vistas como as “respostas que os governos devem dar para mitigar ou solucionar os problemas e/ou atender as demandas existentes nas sociedades, tendo em vista os objetivos e os direitos fundamentais estabelecidos nas respectivas Constituições”.

Sob o enfoque das políticas públicas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, no ano de 1993, o Governo Federal apresentou o Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria. A partir desta proposta, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, tendo como compromisso primordial refletir, discutir e sensibilizar a população sobre os aspectos relacionados à concentração de renda e da terra, vista como um dos principais determinantes da fome e da miséria no país.

Para Burlandy (2009, p. 857) o CONSEA também dá “maior visibilidade a conflitos e posições diferenciadas do próprio governo em torno de alguns temas,

como a comercialização de alimentos transgênicos e demandas distintas da agricultura familiar e do agronegócio”.

No Brasil, a partir de 2004, inicia-se a redefinição das políticas sociais que principiaram a transformação, a qual foram reunidas as ações de assistência social e implantação de diversos programas no “processo de construção de valores e práticas, com impactos diretos na estrutura político-institucional de distintos setores governamentais e societários, crescendo também a preocupação com os aspectos culturais, ambientais, de saúde e nutrição” (Burlandy, (2008) *apud* NASCIMENTO; ANDRADE, 2010, p. 35).

Dois anos depois, deu-se a criação do SISAN pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 que apresenta como objetivos a formulação e implementação de políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimulando a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, com o intuito de promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País.

Além disso, a lei visa assegurar que o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, levando em consideração as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais, tendo o poder público o dever de respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

O Artigo 4º da referida lei estipula a sua abrangência:

- I – a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda;
- II – a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos;
- III – a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
- IV – a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
- V – a produção de conhecimento e o acesso à informação; e
- VI – a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e

participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País (BRASIL, 2006).

Com a instituição do SISAN, os órgãos governamentais dos três níveis de governo e as organizações da sociedade civil atuarão conjuntamente na formulação e implementação de políticas e ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar e nutricional e, ainda, no acompanhamento, monitoramento e avaliação da situação nutricional da população, definindo direitos e deveres do poder público, da família, das empresas e da sociedade (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010).

Para Burlandy (2009), o SISAN destina-se a aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas inter-relações por meio do apoio à produção de alimentos da agricultura de pequeno porte e à comercialização destes produtos, os quais têm a proposição de potencializar o bem-estar social e alimentar dos produtores e, também, dos consumidores, enquanto favorecem o acesso a alimentos frescos a um custo muito mais baixo.

Em agosto de 2011 no Brasil, foi aprovado o 1º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) – para o período 2012-2015, com ações que visam garantir a produção e o abastecimento alimentar de maneira sustentável e reúne ações de 19 Ministérios. Destaca-se a segunda diretriz da PNSAN, que é a Promoção do Abastecimento e Estruturação de Sistemas Descentralizados de Base Agroecológica e Sustentáveis de Produção, Extração, Processamento e Distribuição de Alimentos. Nesta diretriz estão previstas metas de regularização fundiária e fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, tais como crédito, assistência técnica, acesso a mercado e compra institucionais de alimentos de agricultores familiares. Algumas ações levam em consideração especificidades de raça, gênero, etnia. Além disso, há metas para grupos em extrema pobreza. Destacam-se ações para fomentar circuitos curtos de produção e consumo e adoção de marcos legais para fomentar a agricultura familiar e a política nacional de abastecimento (CAISAN, 2011).

Entre os projetos envolvidos estão: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pelo qual o poder público compra alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, para destinar a cidadãos atendidos por programas sociais e instituições de ensino; o Acesso à Água, que fornece cisternas para captação da

água da chuva para consumo humano ou para as plantações; além de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos, entre outros.

O que se percebe é que as políticas públicas a serem implantadas no combate à fome e à pobreza não devem se limitar à tentativa de compensação dos efeitos do modelo econômico centralizado. Estas políticas públicas devem ser elaboradas a partir do planejamento alternativo de desenvolvimento que seja fundamentado na promoção continuada de encadeamento da inclusão social dos grupos menos favorecidos.

Desta forma, com políticas na esfera Federal, o poder público Municipal possui também o papel essencial na proteção do meio ambiente, pois é por meio dos municípios que se pode implementar o princípio “pensar globalmente, agir localmente” lema da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1988), ou Rio-92, como é mais conhecida. Assim, ele deve-se instrumentalizar para promover o desenvolvimento de forma sustentável, através de políticas inteligentes, ou seja, políticas que possam desenvolver verdadeiramente as condições de vida da população menos favorecida economicamente.

Portanto, o combate à fome e pobreza implica necessariamente em um amplo e sustentável processo de implantação e implementação de políticas públicas em todas as esferas administrativas, com apoio de programas de desenvolvimento para facilitar o acesso aos recursos produtivos que priorizem a diminuição das desigualdades como um princípio básico, sendo estes elementos substanciais para a fundamentação de um projeto de combate à crise alimentar, com a possibilidade de promover a segurança alimentar num futuro bem próximo.

Para que isso aconteça, há que se ponderar que será necessário um esforço coletivo em dispor de uma política nacional e internacional de segurança alimentar, baseada na articulação e convergência de ações globais.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

### 2.2.1 Desenvolvimento

O termo desenvolvimento pode ser entendido como o processo de evolução, crescimento, mudança e transformações, fundamentadas em aspectos quantitativos e qualitativos. Para Oliveira (2002) o desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida.

O desenvolvimento é uma decorrência da maior e mais eficiente utilização dos fatores da produção, mas poderá ser obstaculizado se o processo das mudanças e transformações for contido. A ideia de crescimento está intimamente relacionada com a de transformação e de modificação; tudo o que evolui, modifica-se e transforma-se; só se mantém estável o que está paralisado, inerte ou mumificado (VIANA, 1978, p.84).

Quando se fala que um país é desenvolvido, significa dizer que as condições de vida da população deste país são boas. Muitas vezes, os conceitos de desenvolvimento e crescimento são confundidos. No entanto, crescimento define-se por um aumento constante ao longo do tempo do fluxo de bens e serviços finais produzidos pelo sistema econômico em determinado período.

O importante é notar que o desenvolvimento de uma nação não é fruto de uma suposta inteligência ou cultura superior de um determinado povo, mas sim resultado das circunstâncias políticas e econômicas favoráveis que se apresentam para ele.

Para este estudo interessa, essencialmente, o conceito de desenvolvimento enquanto sua relação com o meio ambiente e a preservação ambiental, interferindo de forma positiva neste conjunto, atendendo às necessidades da sociedade em geral.

Em meados de 1950, de acordo com Ramos, Santos Cruz e Loureiro (2008), o conceito de desenvolvimento estava ligado ao processo de industrialização e ao crescimento econômico. Com a instalação de indústrias nos países em desenvolvimento, surgiram uma série de problemas ambientais que provocaram reflexões sobre os rumos das atividades humanas e o planeta. A Conferência sobre Meio Ambiente Humano aconteceu no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia, promovida pela Assembleia das Nações Unidas. Nessa Conferência, surgiu a ideia

de harmonizar justiça social, crescimento econômico e preservação ambiental através do conceito eco desenvolvimento, uma relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

De acordo com a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, o que se percebe é que a noção de desenvolvimento deveria superar conceitos ainda vigentes e disseminados culturalmente de que desenvolvimento estaria fortemente associado ao crescimento econômico, ao aumento do bem-estar humano medido pelo acesso a bens e serviços, a forma de produção e consumo. As questões ambientais e a biodiversidade foram consideradas apenas como fonte de recursos naturais e não como sistema que depende de formas de preservação e manutenção, para que haja o equilíbrio entre todos os seres vivos do planeta (BRASIL, 2005).

Assim, o conceito de desenvolvimento passa a ter o adjetivo de sustentável com a introdução de ações voltadas para a adoção de condutas adequadas baseadas na preservação do meio ambiente e na preocupação em relação ao desenvolvimento da comunidade, de forma que estas ações possam minimizar ou neutralizar os efeitos de práticas utilizadas inescrupulosamente no passado, gerando uma melhoria na qualidade de vida em todos os sentidos.

A Comissão Brundtland preconizou um conceito para o futuro da sociedade global: desenvolvimento sustentável. Foram discutidas, a nível político, diversas temáticas como a preservação da biodiversidade, controle do aquecimento global, proteção da camada de ozônio, proteção das florestas e promoção do desenvolvimento sustentável.

Estas diversas temáticas e conceitos estão diretamente ligada à satisfação das necessidades humanas primordiais e ao conceito de limite que corresponde a capacidade que o meio natural apresenta para suporte das transformações desencadeadas pela ação do homem no ambiente.

A partir da 2ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, o conceito de Desenvolvimento Sustentável se consolida e reafirma a globalização das preocupações com a preservação do meio ambiente. O conceito de desenvolvimento foi então requalificado com a noção de “desenvolvimento”, quando se procurou superar nessa mesma linha de raciocínio e estimulado pelos amplos debates a partir da Convenção da Rio 92 (BRASIL, 2005).

Em observância a estas questões, fica clara a concepção de que as ações sustentáveis somente poderão desencadear efeitos positivos no ambiente, de forma efetiva e eficiente, no momento em que os trabalhos serão integrados com a participação da população e dos grupos interessados nas mudanças de paradigmas, com a junção das políticas públicas específicas para enfrentar a questão da preservação ambiental, dos valores da terra e dos cuidados com o meio, com a segurança alimentar e nutricional, visando ao aumento de disponibilidade de alimentos de baixos preços e também de maior acesso a toda a sociedade.

### **2.2.2 Desenvolvimento Sustentável**

Na década de 80, o Brasil passava por uma inquietude em relação à transição dos sistemas produtivos, gerando uma crise do modelo de desenvolvimento, “enquanto que a opinião pública brasileira tomava consciência da devastação ambiental”. Inicia-se, então, um período marcado pela busca de respostas estratégicas para a reversão do processo de devastação ambiental como compromisso a ser perseguido e implementado pela sociedade organizada e pelos governos (ROESLER, 2007, p. 134).

Em 1983, criou-se uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. No ano de 1987, essa Comissão publicou o relatório chamado “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como Relatório de Brundtland, o qual apresenta que os problemas ambientais e a busca do Desenvolvimento Sustentável estão diretamente ligados ao fim da pobreza, a satisfação básica de alimentação, saúde, habitação, alternativas energéticas, com prioridades em alternativas renováveis e inovação tecnológica. Nesse momento surge o termo “desenvolvimento sustentável” (RAMOS; SANTOS CRUZ; LOUREIRO, 2008, p. 304).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi apresentado formalmente em 1987, durante Encontro da Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, ocasião em que foi publicado o relatório de Brundtland.

A essência de desenvolvimento sustentável apresentado no relatório, determina-o como sendo “aquele desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias” (CMMAD (1988) *apud* BARBIERI, 2001, p. 49).

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro Brasil, aconteceu a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – “Eco 92”, onde foram produzidos documentos como: “a Carta da Terra, a Agenda 21, Declaração sobre Florestas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção Macro sobre Mudanças Climáticas”. A Agenda 21 aborda diretrizes, bem como roteiro detalhado que auxilia governo e setores independentes para efetivar a proposta de um desenvolvimento com a responsabilidade social e ambiental. (RAMOS; SANTOS CRUZ; LOUREIRO, 2008, p. 304).

Em 1997, em Kyoto no Japão, foi assinado um novo documento da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas, o Protocolo de Kyoto. Com o objetivo de comprometer as nações mais industrializadas a reduzir, no período de 2008 a 2012, as emissões de que interferem no clima da terra (BARBIERI, 2001).

No ano de 2002, aconteceu a Conferência de Johannesburgo, conhecida como “Rio + 10”, na qual foi formada a “Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável”. O principal objetivo desse evento foi a avaliação das propostas da Eco-92 e avanços, principalmente com relação a Agenda 21 que os objetivos ambientais fossem alcançados (RAMOS; SANTOS CRUZ; LOUREIRO, 2008, p. 305).

O governo brasileiro tem um grande compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável. Entre as políticas públicas, o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que apresenta uma compreensão mais abrangente, conceituando comunidades tradicionais como sendo:

Grupos culturalmente diferenciados e que assim se reconhecem, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição (BRASIL, Decreto nº 6.040, 2007).

Para Little (2002) *apud* Ramos, Santos Cruz e Loureiro (2008), os diversos grupos que se enquadram no conceito de povos e comunidades tradicionais possuem pontos comuns, os quais podem servir como instrumentos para o reconhecimento dessa categoria social. Entre as categorias, destacam-se a forma

de uso da terra, a destinação da produção, a organização social, as formas culturais, a situação fundiária e o acesso ao território, sendo uma das questões principais.

Entre estes grupos e comunidades, podem ser destacados os agricultores que sobrevivem em pequenas propriedades rurais e que desenvolvem a agricultura familiar em conformidade com padrões abordados pelo desenvolvimento rural sustentável que se baseia na mão de obra, quase que exclusivamente, dos membros da família.

No entanto, Boff (2012), alerta para a necessidade de estabelecer uma nova relação com a sustentabilidade visto que, no atual modelo seguido pelo governo, empresas e outras organizações, predomina a relação meramente utilitarista. O autor afirma que “as transformações necessárias devem apontar para um outro paradigma de relação com a Terra e a natureza e para as invenções de modelos de produção e consumo mais benignos” (BOFF, 2012, p. 10).

Dentro deste contexto, destaca-se a intenção de Boff (2012) de estabelecer uma definição integradora de sustentabilidade:

Sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físico-químicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e coevolução (BOFF, 2012, p.107).

Pelas projeções de densidade populacional para um futuro próximo, a questão mais preocupante que se verifica é “se a terra superexplorada pela forma como produzimos e consumimos” poderá garantir a segurança alimentar para toda a população (BOFF, 2012).

O que se percebe, é que o nível de degradação geral do planeta pode impossibilitar a reprodução dos negócios e colocar em risco a existência humana. Nesse sentido, volta-se para a reflexão sobre a forma de produção atual como forma de incentivar a preservação da humanidade por meio da real sustentabilidade.

### 2.2.3 Desenvolvimento Rural Sustentável

O cenário atual desponta para o desenvolvimento da agricultura rural sustentável voltada para a “reestruturação econômica, social e ecológica da agricultura industrializada” (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p. 37).

O desenvolvimento rural sustentável contrapõe-se concretamente à:

[...] degradação dos solos pela erosão, à desertificação, ao desflorestamento, à contaminação da água, do alimento e do agricultor, à redução da biodiversidade geral e funcional, à insegurança alimentar e aos impactos globais gerados pela agricultura de monocultivo. Faz igualmente a crítica das consequências sociais da aplicação desse modelo, como a concentração de renda, a crise de empregos, a pobreza, a migração e a exclusão social (Canuto (2004) *apud* GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p. 38).

Desta forma, percebe-se que a formulação do conceito de desenvolvimento rural sustentável estabelece a distância de um modelo que produz fortes impactos ambientais e sociais.

Grosso modo, o desenvolvimento rural sustentável fundamenta-se na agroecologia e na produção orgânica, entendendo-se que existe um grupo específico integrante e adepto deste modo de produção rural pelo qual toda população é beneficiada.

Uma característica que está marcadamente presente no desenvolvimento rural sustentável é a diversificação de variedades e atividades desempenhadas que oferece uma amplitude de estabilidade, ou seja, se uma cultura ou criação demonstrou queda de produção, as outras podem equilibrar a renda familiar. Uma estiagem ao afetar a cultura da soja, por exemplo, nem sempre afeta a cultura do milho por serem semeadas em épocas diferentes.

Uma grande alternativa para a propriedade rural buscar a sustentabilidade é através da diversificação no cultivo, aplicando técnicas que não agredem o meio ambiente, cuidando do solo e das águas, tendo um olhar sobre o todo da propriedade e não apenas na monocultura. Desta forma mantém um equilíbrio na produção, agrega valor comercial e possibilita a preservação para a presente e futuras gerações, produzindo alimentos saudáveis e adequados, sem agredir os recursos naturais.

Estratégias que promovem o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil foram fortalecidos pela criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), Instituído pelo Decreto nº 7.794, em 20 de agosto de 2012,

tendo em vista o disposto no art.50 da Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003, e no art. 11 da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

O entendimento da Agroecologia e Produção Orgânica, segundo os ditames legais consideram:

I - produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº.11.326 de 24 de julho de 2006, promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente;

II - sistema orgânico de produção - aquele estabelecido pelo art. 1º da Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e outros que atendam aos princípios nela estabelecidos;

III - produção de base agroecológica aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e

IV - transição agroecológica - processo gradual de mudança de práticas e transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012, Decreto nº 7.794).

Pelo seu estabelecimento a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica consolida-se com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida, a distribuição de renda e superação da pobreza permitindo a oferta e consumo de alimentos saudáveis a partir do uso sustentável dos recursos naturais.

## 2.3 SISTEMA DE CULTIVO DOS ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

### 2.3.1 O papel da Agricultura Familiar na produção de alimentos

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. São os agricultores e familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, complementado, eventualmente pelo trabalho assalariado.

Uma das características da agricultura familiar também é o horizonte das gerações. Um dos eixos centrais da associação entre família, produção e trabalho é a expectativa de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho,

despendido na unidade de produção, pela geração atual, possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo a esta as condições de sua sobrevivência.

Atualmente, pela expansão da tecnologia e ampliação dos conhecimentos utilizados, pode-se caracterizar uma propriedade rural familiar como uma empresa rural familiar, merecendo debates e discussões por contribuir em aspectos positivos para a economia através de emprego.

As mudanças no setor agrícola brasileiro, mesmo não sendo tão radicais acontecem, pois há elementos indicativos de novos desenvolvimentos onde se destacam os processos como a valorização da agricultura familiar, o avanço da pluralidade de produtos produzidos com maior qualidade e a disseminação de novas práticas agronômicas na busca da proteção do meio ambiente.

#### 2.3.1.1 Política Nacional da Agricultura Familiar

A consolidação e conceituação dos princípios da agricultura familiar, que antes era denominada de pequeno agricultor, foi aprovada pela Lei nº 11.326, chamada de Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

A referida lei impõe conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais, definindo o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Lei nº 11.326)

Entre os beneficiários diretos desta lei, podem ser indicados os silvicultores que cultivam florestas nativas ou exóticas com a promoção do manejo sustentável do ambiente, os agricultores que exploram reservatórios hídricos com superfície total de até dois hectares ou ocupem até quinhentos metros cúbicos de água, quando a

exploração se efetivar em tanques-rede, os extrativistas que exercem a atividade artesanalmente no meio rural, os pescadores desempenhando a atividade pesqueira artesanalmente.

Além disso, foram contemplados ainda os povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Entre os princípios observados pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, podem ser apontados a descentralização, a sustentabilidade ambiental, social e econômica, a equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia, mediante a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

### **2.3.2 Cultivo Convencional**

A predominância da agricultura convencional, caracterizada, sobretudo, pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos químicos, o qual predomina a monocultura, adoção da agricultura convencional ou a modernização da agricultura, foi um processo induzido pelo Estado na época da Ditadura Militar (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009).

A instituição do Crédito rural em 1966, a criação e o funcionamento da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1972 e o lançamento do Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), em 1975 (PESSANHA, MENEZES, 1985), são alguns dos marcos significativos do processo de modernização do campo. O maior indicador do avanço da Revolução Verde no Brasil foi a expansão das lavouras de soja na Região Sul com a adaptação de cultivares dos Estados Unidos.

### **2.3.3 Cultivo Orgânico**

A agricultura orgânica compõe um sistema de produção que coíbe o uso de fertilizantes sintéticos, reguladores de crescimento e agrotóxicos. Na produção animal não utiliza aditivos sintéticos para a alimentação e incentiva o aproveitamento de esterco animais, rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle

biológico de pragas mantendo a estrutura e produtividade do solo, trabalhando em harmonia com a natureza com a previsibilidade da sustentabilidade (TORRES, 2003).

Concorda-se com Torres (2003, p. 50), quando salienta a prática da agricultura orgânica com menor uso de insumos, como agrotóxicos e fertilizantes (a curto, médio e longo prazo), aumentam os lucros do agricultor, “além de conservar a terra fértil ao longo do tempo, também diminui a degradação das águas e a extinção das espécies, já que estas conseguem viver melhor porque o meio é mais equilibrado e menos poluído.”

#### 2.3.3.1 Política pública de agricultura orgânica no Brasil

A lei da Agricultura Orgânica do Brasil foi instaurada em 23 de dezembro de 2003 (Lei nº 10.831) e considera o sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003, Lei nº 10.831).

Esta lei dispõe sobre a finalidade de um sistema de produção orgânico de forma amplificada:

- I – a oferta de produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais;
- II – a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção;
- III – incrementar a atividade biológica do solo;
- IV – promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas;
- V – manter ou incrementar a fertilidade do solo a longo prazo;
- VI – a reciclagem de resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não-renováveis;
- VII – basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente;
- VIII – incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia

produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos;  
IX – manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas (BRASIL, 2003, Lei nº 10.831)

O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os termos denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos pela Lei.

Considera-se produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento. No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.

A certificação da produção orgânica, enfocando sistemas, critérios e circunstâncias de sua aplicação, será matéria de regulamentação desta Lei, considerando os diferentes sistemas de certificação existentes no País. A responsabilidade pela qualidade relativa às características regulamentadas para produtos orgânicos caberá aos produtores, distribuidores, comerciantes e entidades certificadoras, segundo o nível de participação de cada um.

A Lei nº 10.831 foi regulamentado pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, sem prejuízo do cumprimento das demais normas que estabelecem outras medidas relativas à qualidade dos produtos e processos, e revogado pelo Decreto nº 7.048 em 2009, que no ano de 2012 foi instituído pelo Decreto nº 7.794, em 20 de agosto de 2012 (BRASIL, 2003, Lei nº 10.831).

## 2.4 FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

### 2.4.1 Programa de fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil – PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa governamental instituído pelo Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, no qual são direcionados recursos subsidiados aos produtores familiares, o qual financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso ao PRONAF inicia-se na discussão da família sobre a necessidade do crédito, seja ele para o custeio da safra ou atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários (BRASIL, 1996).

O programa significou uma grande conquista para os agricultores familiares, pois as políticas públicas para esse segmento foram ampliadas, saindo da mera concessão de crédito rural para o apoio à comercialização da produção, seguro de preços, climático e de renda e para o fornecimento de assistência técnica. Além disso, contribuiu para o reconhecimento social da importância da agricultura familiar na geração de trabalho e renda (BRASIL, 1996).

Dentre os avanços do Pronaf e sua diferenciação com outros programas na América Latina, destacam-se a separação dos agricultores em grupos de acordo com a situação econômica, o subsídio às taxas de juros no financiamento, o estímulo à produção orgânica e agroecológica, apoio a atividades que agregam mais renda, o incentivo a implantação de pequenas agroindústrias, apoio na formação de jovens agricultores, apoio ao desenvolvimento da silvicultura sob o aspecto ambiental e econômico, simplificação na garantia do crédito, seguro de preços e produção, e mais recentemente a assistência técnica (BRASIL, 1996).

São beneficiários do Pronaf as pessoas que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento, dispostos em grupos como: agricultores familiares estabelecidos em assentamentos, agricultores que exploram parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário de áreas públicas ou que não detenham, a

qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, apresentando trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar (BRASIL, 1996).

Além disso, o programa beneficia ainda pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios, ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais, aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m<sup>3</sup> de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes, extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 1996).

A concessão do financiamento pelo Pronaf é delimitado para o agricultor familiar e empreendedor familiar rural em observação a algumas exigência como a exigência de ser elaborada para a unidade familiar de produção, prevalecendo para todos os membros da família que compõem o estabelecimento rural e explorem as mesmas áreas de terra, podendo, portanto, ser diferenciada para atender a características específicas dos beneficiários do Pronaf.

Os créditos concedidos podem ser destinados ao custeio, investimento e integralização de cotas-partes pelos beneficiários nas cooperativas de produção. Os créditos individuais, independentemente da classificação dos beneficiários a que se destinam, devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo (BRASIL, 1996).

#### **2.4.2 Programas de Alimentação Escolar**

A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no processo de desenvolvimento intelectual, físico e na aprendizagem do aluno, ao mesmo tempo

em que também garante um suprimento mínimo de alimentos às populações carentes inseridas no contexto escolar brasileiro (MADRUGA, 2009)

No Brasil, a questão da alimentação escolar está respaldada na Constituição Federal de 1988, que indica no seu Art. 208, inciso VII: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988).

Para que fosse viabilizada a oferta de produtos de boa procedência aos alunos da rede pública de ensino, fez-se necessária a estruturação e organização de dispositivos que pudessem atingir os objetivos propostos por parte do governo. Foi instituído o planejamento, organização e implantação destes programas que fossem capazes de incentivar, pelos meios técnicos e financeiros disponíveis, os empreendimentos públicos ou particulares destinados a facilitar a alimentação do escolar com abrangência de política social, ainda que sob um olhar assistencialista (STURION, 2002).

Para Sturion (2002), a escola representava o lócus ideal para execução das políticas públicas de combate à desnutrição infantil e de incentivo à formação de capital humano.

#### 2.4.2.1 Programa e Aquisição de Alimentos – PAA

Entre o conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, pela Conab<sup>1</sup> em parceria com organizações públicas e sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696 de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas

---

<sup>1</sup> CONAB -- Companhia Nacional de Abastecimento - empresa pública criada pela Lei nº 8.029/90 que auxilia no gerenciamento das políticas agrícolas de abastecimento com o objetivo de equilibrar as necessidades da sociedade, redistribui produtos, controla e regula preços, preserva e incentiva mecanismos de mercado.

atendidas pela rede sócio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública de ensino.

Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente não alcançada pelas políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural (CONAB, 2008).

As finalidades do PAA estão de acordo com as políticas públicas implantadas pelo governo federal e são compostas da seguinte forma:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e IX - estimular o cooperativismo e o associativismo (BRASIL, 2003, Lei 10.696).

As diretrizes definem os tipos de alimentos que podem ser adquiridos como produtos próprios para o consumo humano, incluindo alimentos perecíveis e característicos dos hábitos alimentares locais, podendo estes estar in natura ou serem processados. Os alimentos devem ser de produção própria dos agricultores familiares credenciados e cumprir deliberativamente os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes do programa (CONAB, 2008).

A própria lei define a destinação dos alimentos adquiridos, sendo estes voltados para o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, o abastecimento da rede sócio assistencial, o abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição, o abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino, a constituição de estoques públicos de alimentos, destinados a ações de abastecimento social ou venda e complementa o atendimento a outras demandas.

Os limites financeiros de participação dos beneficiários e organizações fornecedoras, seguirá os seguintes critérios:

I - por unidade familiar: a) R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), por ano, na modalidade Compra com Doação Simultânea; b) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Direta; c) R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por semestre, na modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite; d) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Apoio à Formação de Estoques; e) R\$ 8.000,00 (oito mil reais), por ano, na modalidade Compra Institucional; f) até 8.000,00 (oito mil reais), por ano, nas demais modalidades definidas pelo GGPAA; II - por organização fornecedora, respeitados os limites por unidade familiar: R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), por ano, na modalidade Apoio à Formação de Estoques (BRASIL, 2003, Lei 10.696).

Os agricultores familiares beneficiários fornecedores poderão participar de mais de uma modalidade, desde que o valor total a receber por unidade familiar no ano não ultrapasse R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à exceção das modalidades Compra Institucional e Apoio à Formação de Estoques, quando envolve quitação financeira, não cumulativas às demais (CONAB, 2008).

O reconhecimento da importância e da inovação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, de acordo com Burlandy (2009) está pautado no diferencial de:

[...] constituir-se simultaneamente em instrumento de política agrícola e de acesso à alimentação adequada e saudável. O PAA é coordenado por um grupo gestor composto por diferentes ministérios e conjuga instrumentos de apoio à produção e à comercialização, utilizando preços de referência diferenciados para a produção familiar, simplificando os procedimentos para a aquisição governamental dos seus produtos e destinando-os a determinados segmentos populacionais. A experiência do PAA remonta às iniciativas já presentes no PRONAN que incidem simultaneamente em múltiplas dimensões da cadeia agroalimentar e que favorecem uma aproximação entre produção e consumo de alimentos e uma ótica mais integrada de ação pública (BURLANDY, 2009, p. 856).

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apoia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

Segundo o Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento da Conab (2008), as atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante convênios e acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. A execução do Programa pode ser feita por meio

de cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Compra Institucional (CONAB, 2010).

#### 2.4.2.2 Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é o mais antigo programa social do Governo Federal na área de educação e é o maior programa de alimentação em atividade no Brasil. Teve origem em 1954, pela criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNA), denominado de Programa Nacional de Merenda Escolar, seu objetivo principal era reduzir a deficiência nutricional de estudantes carentes do Brasil, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

São atendidos pelo Programa os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros.

Em 1994 houve a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Por este motivo, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e responsável pelo PNAE, designou convênios com estados e municípios para o repasse de recursos financeiros, condicionados à criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) em cada estado e município do País, que deveriam fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar e também acompanhar a elaboração dos cardápios, atividade esta que foi incumbida aos estados e municípios. A partir de 1997, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) foi substituída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), desde então responsável pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (STURION, 2002).

Esta forma de administração da alimentação escolar, com a descentralização, possibilitou organizar e racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação

escolar condizente com os hábitos da população nas diferentes localidades do País, com a utilização de um padrão alimentar baseado em alimentos processados desde a infância, nos hábitos alimentares das crianças atendidas pelo programa.

As realizações do repasse aos municípios são feitas com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. O Programa é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2001)

Em 2009, entrou em vigor a Lei nº 11.947 que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Este dispositivo legal altera as Leis 10.880, de 9 de junho de 2004, a Lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei 11.507, de 20 de julho de 2007 e ainda revoga os dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, estabelecendo as seguintes diretrizes e dando providências.

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, Lei nº 11.947)

As diretrizes primárias desta lei fundamentam-se na alimentação escolar como um direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com vistas ao atendimento dos princípios estabelecidos

nesta Lei, tendo como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Segundo inscrito na lei sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, os cardápios deverão priorizar os alimentos in natura e os semielaborados (produtos básicos), oferecer pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana e alimentos que apresentem aceitabilidade acima de 85%.

Neste cenário, deve ser destacado o importante papel do profissional nutricionista que é responsável pela elaboração da pauta dos produtos para a alimentação escolar, das merendeiras que preparam as refeições, funções imprescindíveis na promoção da saúde no ambiente escolar (BRASIL, 2009, Lei nº 11.947).

A referida lei direciona os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE que serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal (BRASIL, 2009, Lei nº 11.947).

De acordo com os dados do FNDE (2014), o orçamento do Programa para 2014 é de R\$ 3,5 bilhões, para beneficiar 43 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% desse valor – ou seja, R\$ 1,05 bilhão – deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

### 3 MATERIAL E MÉTODO

#### 3.1 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

##### 3.1.1 Caracterização do Estado do Paraná

O Paraná é um dos 26 estados do Brasil e está situado na Região Sul do País. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico. Ocupa uma área de 199.880 km<sup>2</sup> possui um IDH 0,749. Sua capital é Curitiba e outras importantes cidades são Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava e Paranaguá.

O clima paranaense apresenta diferenças marcantes, dependendo da região – de tropical úmido ao norte a temperado úmido ao sul.

Com uma população (2010) 10.444.526 habitantes, formada por descendentes de várias etnias: poloneses, italianos, alemães, ucranianos, espanhóis, japoneses e portugueses, e por imigrantes procedentes, em sua maioria, dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

A economia paranaense é a quinta maior do País. O Estado responde atualmente por 5,98% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, registrando uma renda per capita de R\$ 22,7 mil em 2011, acima do valor de R\$ 21,5 mil referente ao Brasil (IBGE, IPARDES, 2011).

O Paraná é o maior produtor nacional de grãos, apresentando uma pauta agrícola diversificada.

Tabela 1 - Principais Produtos Agrícolas, Paraná, 2011

<b>PRODUTO</b>	<b>QUANTIDADE (toneladas)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)</b>
Cana-de-açúcar	44.907.862	6,12
Soja	15.457.911	20,66
Milho	12.472.720	22,41
Mandioca	4.179.245	16,49
Trigo	2.444.995	42,97
Feijão	815.280	23,73

Fonte: IBGE, 2011

A utilização de avançadas técnicas agronômicas coloca o Estado em destaque em termos de produtividade. A soja, o milho, o trigo, o feijão e a cana-de-açúcar sobressaem na estrutura produtiva da agricultura local, observando-se, em paralelo, forte avanço de outras atividades, como a produção de frutas.

Tabela 2 - Abates de Animais, Paraná, 2012

<b>TIPO DE ANIMAL</b>	<b>PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (Toneladas)</b>	<b>PARTICIPAÇÃO PARANÁ/BRASIL (%)</b>
Aves	3.033.270	26,30
Suínos	682.118	19,69
Bovinos	314.986	4,28

Fonte: IBGE, 2012

Já na pecuária, destaca-se a avicultura, com 26,3% do total de abates do País. Nos segmentos de bovinos e suínos, a participação do Estado atinge 4,3% e 19,7%, respectivamente.

### 3.1.1.1 Organização urbano-regional do território paranaense

A organização do território do Paraná associa-se a um processo de ocupação diferenciado, no qual a estruturação das principais centralidades resultou, cada uma em seu tempo, da inserção do Estado na divisão social do trabalho. Inserção também diferenciada e marcadamente apoiada em ações governamentais, muitas das quais expressas em projetos de “colonização” e, mais recentemente, reforçadas pelas políticas urbanas. Tomando como corte de análise as últimas quatro décadas, que compreendem desde a modernização da base produtiva, nos anos 1970, até a reestruturação econômica dos anos 1990 e 2000, pode-se observar que as regiões mais dinâmicas e mais urbanizadas do Estado permanecem centradas nos mesmos municípios. Porém, o Estado passa por uma relativa inversão quanto à situação geográfica do comando da atividade econômica (KORNIN, 2011).

Até os anos 1960, o Paraná encontrava-se desarticulado em relação às suas próprias regiões e à economia nacional. Sua base econômica estava ligada ao extrativismo, à pecuária extensiva e a uma agricultura incipiente, destinada aos mercados locais. A produção do café vinculava o Estado à economia paulista, para a

qual destinava a safra e da qual adquiria bens e insumos. Constata-se, nessa década, a existência de “dois Paranás” (IPARDES, 1982), o do norte cafeeiro e o do restante do Estado, ambos com uma integração débil na economia nacional.

Ainda nos anos 1960, tentando superar essas fragilidades, é criada a Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), voltada a “atender às exigências de uma estratégia de desenvolvimento, ou, mais especificamente, de financiamento da infraestrutura básica do Estado, condição essencial para a dinamização do escoamento da produção agrícola e o posterior recebimento da indústria” (LOURENÇO, 2000).

No mesmo ano, para o apoio financeiro, foi criado o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). Essas instituições foram fundamentais para um substantivo aporte de infraestrutura, voltada ao aumento da oferta de energia elétrica, modernização do sistema de comunicações, implantação de rodovias e ferrovias, adequação do porto de Paranaguá e criação de um sistema público de armazenagem.

Nos anos 1980, se iniciam a instalação de indústrias pautada em novos segmentos, localizada em Curitiba e entorno. Anunciando essa reversão, a Política de Desenvolvimento Urbano do Paraná (PDU) (PARANÁ, s.d. a), formulada em 1972 para reconhecer como área mais forte do Estado as centralidades de Londrina, Apucarana e Maringá, que se encontravam em fase de constituir a “metrópole linear do norte do Paraná”, formada por numerosos centros de diversas ordens articulados entre si. Mas já identifica outra área forte, a de Curitiba e seu entorno. No restante do território, essa política aponta as regiões Sudoeste e Oeste, que se revelam como áreas com potencialidade econômica (PARANÁ, s.d.).

O primeiro polo compreende a cidade de Curitiba, somado à potencialidade do Centro Industrial da Transformação de Ponta Grossa. O segundo polo é formado pelas cidades de Maringá e Londrina, as quais dariam atendimento a todo o Norte do Estado. O terceiro polo fica no eixo das cidades de Cascavel e Guaíra provocando a concentração daquelas atividades que seriam necessárias para suportar e impulsionar o dinamismo do Sudoeste e do Oeste paranaense. (PARANÁ, s.d., p.41).

O terceiro polo preconizado pela PDU de 1972, no Oeste do Estado – centrado em Cascavel –, emerge no processo concentrador da atividade econômica, particularmente a industrial, nos anos 1990, fortemente impulsionado pela atividade

agroindustrial e, rapidamente, se aproxima da participação mantida pelo Norte Central na economia paranaense (IPARDES, 2005a e 2006).

Na década de 1930, sua ocupação foi incentivada pelo movimento “Marcha para o Oeste”, implementado pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas, com o intuito de interiorizar a ocupação do território brasileiro. Movimento que introduziu a exploração agrícola e implementou o processo planejado de ocupação da faixa da fronteira ocidental por companhias colonizadoras gaúchas, voltadas ao mesmo tempo a atividades imobiliárias e à exploração de madeira (WACHOWICS, 1982).

Nos anos 1970, o reforço às centralidades regionais se deu a partir da implantação de um conjunto de infraestruturas e fundamentalmente da instalação da usina hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu, que provocaram mudanças abruptas na região.

Guaíra, antiga centralidade regional, tendo seu marco natural, o salto das Sete Quedas, alagado pela represa, perdeu substancialmente posição enquanto centro receptor de turismo e atividades econômicas. Nem por isso o eixo previsto na PDU de 1972 (PARANÁ, s.d.) deixou de acontecer; além do que, outro eixo se configurou na direção de Foz do Iguaçu, a qual, sediando as principais obras, passou por crescimento e transformação vorazes.

Segundo Peris (2002), Cascavel polarizava a distribuição de bens para a construção da usina, o que fez fortalecer o eixo Cascavel/Foz do Iguaçu. A urbanização e o crescimento subsequentes deram origem a algumas aglomerações no entorno desses centros principais (IPARDES, 2008).

Reolon (2007) confirma a aglomeração descontínua identificada por IPARDES (2000), apontando a bipolarização pelos núcleos Cascavel e Toledo, e o espaço aglomerado com os municípios de Corbélia, Ouro Verde do Oeste e Santa Tereza do Oeste. Esse espaço é denominado pelo autor como “aglomeração urbana da soja”, evitando a contraposição entre urbano e rural. Denominação que encontra ressonância com a síntese de IPARDES (2008), na qual o eixo configurado a partir dessa aglomeração polariza e organiza o que se pode chamar de uma economia efetivamente regional, baseada na cadeia de produção de proteína animal.

Porção mais beneficiada pela ação governamental, Foz do Iguaçu foi considerada por IPARDES (2008) como um enclave, pouco articulado a essa economia regional. Esse centro peculiariza-se e distingue-se do conjunto regional por atividades fortemente fundadas na geração de energia hidroelétrica, e no

acúmulo das funções comerciais e de serviços, intensificadas pela presença do comércio fronteiriço e de um dos mais importantes polos turísticos nacionais, além de sua inserção em um fluxo de relações urbanas internacionais.

Ademais, integra-se a uma aglomeração transfronteiriça complexa, desenvolvendo estreitas relações com um conjunto de cidades: além de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha do Itaipu, no Brasil, Ciudad del Este, Minga Guazu, Presidente Franco e Hernandarias, do lado paraguaio, e Puerto Iguazú, do lado Argentino. Compõem um espaço heterogêneo, diverso e assimétrico, sendo ponto de passagem e origem de diversos fluxos de pessoas e mercadorias de variadas procedências. A presença dos rios Paraná e Iguaçu delinea a fronteira física entre os países, sem criar obstáculos às intensas relações econômicas e sociais, tampouco ao desempenho de papéis específicos dessas cidades, que compõem um espaço ocupado em continuidade e com condições diferenciadas de inserção na divisão internacional do trabalho (IPARDES, 2008).

A região Oeste do Estado do Paraná é representada pela AMOP – Associação dos Municípios do Oeste do Paraná, com 54 municípios e os 16 municípios que margeiam o lago de Itaipu os quais fazem parte do Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.

A Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), foi criada em 1969 com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios de sua área de abrangência, através da ampliação e do fortalecimento da capacidade administrativa e da promoção de instrumentos de cooperação entre os municípios e com os governos federal e estadual.

O Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu é formado pelos 16 municípios brasileiros que margeiam o reservatório de Itaipu, em parceria com a própria Itaipu Binacional, tendo sido criado com o propósito de estimular o desenvolvimento do turismo sustentável na área de entorno.

### **3.1.2 Caracterização do Município de Missal – PR**

O Município de Missal localiza-se na região Oeste do Paraná, a 615 km da Capital do Estado Curitiba PR, via BR 277, seu território tem 323,042 Km<sup>2</sup>, sendo que 43,470 Km<sup>2</sup> são banhados pelo Lago de Itaipu, que é via de acesso fluvial ao Paraguai. Entretanto não existem áreas de controle integrado e alfandegárias com o

país vizinho. Da área pertencente à Itaipu, 25,54 Km<sup>2</sup> são terras inundadas e 17,83 Km<sup>2</sup> são áreas de reserva. (IPARDES 2011). A atual administração do Município cabe-se ao Sr Adilto Luis Ferrari, prefeito eleito para pleito ano 2013 a 2016.

Os limites do município são:

- Ao Norte: Reservatório ao Lago de Itaipu e uma linha seca confrontando com o município de Santa Helena.

- Ao Sul, o Rio Ocof, córrego Cedro, Rio São João e Reservatório de Itaipu.

- Ao Leste, linha seca confrontando com os municípios de Matelândia, Medianeira, Ramilândia e Diamante D'Oeste.

O relevo do município de Missal se apresenta com média, 70% da área é composta por terras planas ou suavemente ondulada e, 30 % com terras pedregosas de acentuada declividade e o posicionamento geográfico do município, a latitude é 25°05'00" sul e a longitude 24°15'00" W – GR, a altitude média do Município de Missal é de 320 metros (IBGE, 2013).

O clima subtropical úmido mesotérmico, com verão quente, com muita concentração de chuva e com temperaturas medias de 22° C. O inverno com geadas pouco frequentes, apresenta temperatura média inferior a 18° C. O índice pluviométrico médio anual é de 1.788 milímetros, não há estação de seca definida.

As áreas de reserva legal do Oeste do Paraná são formadas por vegetação nativa típicas de Floresta Estacional Semidecidual, constitui a vegetação típica do Bioma Mata Atlântica, com a dupla estação climática, perdendo parte das folhas de 20 a 50% nos períodos secos. A vegetação do município compreende áreas preservadas e áreas inundadas. Segundo dados da Prefeitura Municipal, as áreas estão representadas em hectares conforme discriminação abaixo:

- Reflorestamento: 998
  - Matas Nativas: 3.843
  - Várzeas: 500
  - Áreas alagadas (Itaipu): 2.554
  - Áreas de reserva (Itaipu): 1.783
  - Lavouras anuais: 18.000
  - Área Urbana: 163
  - Pastagens: 5.459
  - Outros: 4.775
- Total: 38.075 hectares

Quanto à tipologia do solo, predomina 26% latossolo roxo eutróficoico (mecanizado), 12% latossolo roxo distrófico (mecanizado), 20% terra roxa estruturada eutrófica (mecanizado), 14% solos litólicos, cambissolos (ondulado e montanhoso) e 28% outras associações de solos.

### 3.1.2.1 Aspectos históricos

A maioria dos colonizadores de Missal chegou no município nos anos de 1961 e 1962, pertence à 2ª geração de imigrantes alemães, que trouxeram consigo características da cultura germânica, jardins floridos, gastronomia e construções, elementos que foram experimentando adaptações no decorrer do tempo. Uma das grandes fontes geradoras de recurso na época da colonização foi a extração da madeira.

A SipaI colonizadora, fundada pelo Padre José Backes, foi a grande responsável pela venda dos lotes e a formação da cidade. Um fato marcante na época, apenas pessoas da religião católica poderiam se instalar em Missal, com a orientação do Bispo Dom Geraldo Sigand, líder dos Bispos na época, o Padre José Backes loteou a área de três mil alqueires que se transformou no município de Missal.

O nome de Missal se deu pelo fato de que os bispos queriam algo de fruto religioso, para simbolizar de alguma maneira a origem religiosa, o local era conhecido como Terra dos Bispos ou Gleba dos Bispos, MISSAL o nome escolhido inspirado pelos colonizadores e pioneiros, baseado no livro em que o sacerdote se orienta em celebrar a missa.

A formação de Missal deu-se a partir do desmembramento do município de Medianeira e a data oficial de criação do município foi 30 de dezembro de 1981, por meio da Lei Estadual nº 7.566. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL, 2014).

A população de Missal, segundo CENSO realizado no ano de 2010, se define com 10.474 habitantes, área da unidade territorial 324,398 (Km<sup>2</sup>), densidade demográfica 32,29 (hab/Km<sup>2</sup>), população residente urbana 5.420 habitantes, População residente rural 5.054 Habitantes, população masculina 5.269 e população feminina 5.205.

A Economia do Município é baseada no setor primário, representado principalmente pela produção agrícola, sendo a cultura de soja e milho e pecuária a

criação de gado e aves para o corte, o setor que mais contribui com o PIB no município é o setor agropecuário, seguindo o setor de serviços e depois o setor industrial. O IDH do município é de 0,79. Já o PIB per capita no ano de 2003 era de R\$ 11.492,00 (IPARDES 2006).

### 3.1.2.2 Gestão dos Recursos Hídricos

O Plano Municipal de Gestão de Recursos Hídricos – PGRH do Município de Missal/PR, busca a identificação e compreensão das bacias hidrográficas<sup>2</sup> do município, dentro dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, servindo de base para a implementação de políticas públicas e diretrizes para proteção das águas. O plano foi elaborado respeitando critérios da Lei Estadual e Nacional:

Lei Estadual nº. 12.726/99 – Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos e dá outras providências;

Lei nº. 9.433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

O objetivo do plano é analisar as microbacias do Município de Missal, identificando passivos ambientais, assim como atividades antrópicas que possam vir a influenciar a qualidade do meio ambiente induzindo, desta forma, o manejo adequado de recursos naturais, solo e água, reduzindo erosões, racionalizando os recursos materiais, financeiro e pessoal, incrementando e coordenando a produção agro-silvo-pastoril. Ainda, servindo de base para um correto planejamento de desenvolvimento urbano e rural, atentando a sustentabilidade das águas e meio ambiente, gerando uma melhor qualidade de vida para a comunidade rural e urbana do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL, 2014).

Identificam-se no município de Missal, as seguintes bacias hidrográficas: Rio Branco; Rio São Vicente; Feijão Verde; São João; e, Ocoí.

---

<sup>2</sup> Bacia hidrográfica é a área da superfície terrestre na qual as águas superficiais de um rio e seus afluentes convergem para um rio principal, pela força da gravidade. As águas escoam das áreas mais altas para as mais baixas do relevo. Os rios que deságuam no rio principal chamam-se afluentes, e os que deságuam nestes últimos são chamados subafluentes.

### 3.1.2.3 Principais Ações Socioambientais desenvolvidas com o Programa Cultivando Água Boa

Entre os principais programas e ações de gestão por bacias hidrográficas podem ser citados os programas oferecidos pelo município em Parceria com a Itaipu Binacional através do Programa Cultivando Água Boa, destaque para readequação de estradas e manejo de solos e Educação Ambiental, os quais serão descritos sucintamente e o Programa da Agricultura Sustentável o qual é o principal foco desse estudo.

a) Readequação de estradas e manejo de solos: o município tem como característica a economia e a cultura voltada ao agronegócio, observa-se a presença de rodovias e estradas com grande circulação de veículos leves e pesados, como caminhões e máquinas agrícolas, com a finalidade de tráfego de grãos em épocas de plantio e colheita, assim como para o transporte de animais.

Entre os danos encontrados nestas vias, apresentam-se erosões, desmoronamentos de encostas, acúmulo de água na pista de rodagem gerando alagamentos com acúmulo de terras. Esses fatos causam danos ambientais, dificuldades e riscos ao transporte e tráfego de veículos, prejudicando o objetivo e finalidade da estrada e também contribuindo para a problemática ambiental.

Tais processos erosivos ainda são agravados por áreas de lavouras e pastagem, sem controle de águas precipitadas, gerando enxurradas, erosões e assoreamentos em áreas circunvizinhas e corpos hídricos próximos. Tais estradas e lavouras merecem grande atenção por parte da Prefeitura Municipal, a qual deverá implementar medidas de atenuação e controle das águas das chuvas, como a interceptação destas águas, e outros meios que propiciem a infiltração superficial e atenuação de possíveis enxurradas que podem vir a ocorrer.

Como principais medidas propostas, apresentam-se o controle de águas pluviais por meio de motoniveladoras, terraços de base larga para infiltração superficial, curvas de nível, evitando escoamento superficial e enxurradas. Nas rodovias e estradas ainda sugere-se, além dos métodos já citado, a implantação de pavimentação poliédrica ou com cascalhos, bigodes junto às estradas para contenção e dispersão das águas, recuperação dos taludes com implantação de vegetação como forma de contenção dos mesmos e, se julgar necessárias, medidas

mais técnicas, como a implantação de bocas de lobo, caixas de retenção, entre outras. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL, 2014).

b) Educação ambiental - Na Gestão por Bacia Hidrográfica, a percepção socioambiental das pessoas envolvidas é de fundamental importância e o processo deve despertar a consciência da necessidade de transformação. Neste contexto, a educação ambiental “busca não apenas compreender ou transformar conhecimentos, mas sim superar a visão fragmentada da realidade através da construção e reconstrução do conhecimento sobre ela, num processo de ação-reflexão, de modo dialógico” (BRACAGIOLI, 2007, p.230).

Neste sentido, a Educação Ambiental se apresenta como elemento fundamental, processo que deve ser permanente, aglutinador e, no qual, os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu ambiente e adquirem novos conhecimentos, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir – individual e coletivamente – a resolver problemas ambientais..

Ao mesmo tempo em que realiza, junto com os parceiros, ações de gestão ambiental para a recuperação dos passivos ambientais, o município tem articulado ações de educação que atua transversalmente a seus programas, como Plantas Medicinais, Agricultura Orgânica, Coleta Seletiva, e outros.

Tem como princípios os conceitos contidos nos documentos planetários: Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, (princípios também adotados pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNea, 2003) e a Carta da Terra, ambos aprovados no Fórum Global, “dois importantes e complementares documentos para uma sociedade sustentável” (GADOTTI (2008) *apud* VITORASSI, 2011, p.353).

Os projetos de educação ambiental buscam estimular a reflexão sobre a problemática socioambiental. Tem como objetivo: formar e sensibilizar pessoas e grupos sociais para atuar com diversos segmentos da sociedade em processos reflexivos, que possibilitam o encontro de saberes, potencializando o papel da educação nas mudanças rumo à sustentabilidade, numa perspectiva crítica, transformadora e emancipatória.

Na medida em que o trabalho acontece com pessoas que têm um papel de liderança e mobilização na comunidade em que está incluída, favorece o enraizamento da educação ambiental com os diversos segmentos. A partir das perspectivas propostas, se espera uma formação que possibilite desenvolver o

protagonismo, o empoderamento, o nível de argumentação e de visão de mundo e a cidadania. Estímulo e possibilidade de construção de estratégias de enfrentamento da problemática socioambiental instalada no nosso ambiente.

As linhas de ação do programa de Educação Ambiental no município vão além dos bancos da escola, da educação formal, e se ampliam para a não formal e informal, buscando o seu enraizamento na vida cotidiana das comunidades, em esforço coletivo para a construção de uma nova cultura socioambiental. Entre os principais projetos destacamos:

- Formação de Educadores Ambientais;
- Projetos de ecopedagogia;
- Projeto PEROBA;
- Atividades comemorativas, como o dia da árvore e dia da água;
- Educação Ambiental no projeto de coleta seletiva;

c) Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável: Os 28 municípios da BP3 tem como principal características pequenas e médias propriedades voltadas principalmente para a monocultura de grãos e produção de suínos e frangos. A forte presença de adubos químicos e pesticidas e a erosão dos solos são um risco constante para a contaminação da Bacia. Além disso, também o êxodo rural ainda é grande entre os 26 mil agricultores familiares da região (VITORASSI, 2011).

Em 2003, com o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável, um dos projetos do Cultivando Água Boa que trabalha na produção, na comercialização e no consumo de produtos orgânicos e da agricultura familiar, passaram a ser desenvolvidos a partir de uma rede de parcerias que envolvem várias organizações e representantes de agricultores. Pelo projeto, os agricultores foram chamados para discutir a cadeia produtiva da agricultura orgânica e familiar como um todo, um olhar sistêmico. Desenvolveram iniciativas que incluíram a assistência técnica rural, educação ambiental, formação de agricultores, organização de associações em produção orgânica, planos de comercialização como a participação de entrega de produtos para a alimentação escolar. As atividades de cursos de formação continuada com merendeiras e nutricionistas, os concursos de receitas saudáveis - edição orgânica, foram estratégias de aproximar a gestão da alimentação escolar com os agricultores que fornecem os alimentos (VITORASSI, 2011).

O projeto incentiva ainda a criação de agroindústrias familiares e realiza encontros para criar sinergias entre gestores públicos e técnicos para fortalecer a

organização dos agricultores familiares. Com esse movimento, os agricultores familiares são orientados para participar de programas como a compra direta local da agricultura familiar, parceria das prefeituras com o Ministério de Desenvolvimento Social para o fornecimento de alimentação escolar, no qual produtos orgânicos certificados recebem 30% a mais.

#### 3.1.2.4 Histórico da Alimentação Escolar do Município de Missal no ano de 2013

Os agricultores orgânicos de Missal estão organizados pela APROMIS- (associação dos produtores orgânicos de Missal) que possui 20 associados, dos quais 15 entregam no PAA e PNAE, mas apenas 1 associado tem certificação de agricultor orgânico pela rede eco vida, certificação participativa e fornece alimentos para o PAA.

O sistema da compra da alimentação escolar do município de Missal é por pregão, licitação e compra direta, os recursos do valor por aluno PNAE/ FNDE são:

- Creches: R\$ 1,00
- Pré-escola: R\$ 0,50
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30
- Ensino integral: R\$ 1,00
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contra turno: R\$ 0,50

No ano de 2013, 131 agricultores de Missal forneceram alimentos para o Programa PAA da CONAB e PAA da SETS, com o valor médio de R\$ 4.500,00 reais ano e 24 agricultores entregaram no Programa PNAE da Secretaria de Educação do Estado do Paraná com o valor médio anual de R\$ 14.000,00. A entrega foi feita via COAFASO - Cooperativa da Agricultura Familiar e Solidária do Oeste do Paraná, que integra 4 municípios Foz do Iguaçu (sede), Missal, Medianeira e Santa Terezinha de Itaipu.

Os projetos do PAA via SETS (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária) são encaminhados via escritório regional de Foz do Iguaçu para Curitiba. Neste projeto são cadastrados os produtores com documentação pessoal, DAP (declaração de aptidão ao PRONAF), conta bancária, comprovante de

residência, negativa de CPF, período e a frequência de entrega dos alimentos. Também são cadastradas as entidades beneficiadas que vão receber o produto e a entidade proponente que responde pelo programa no município.

Após a entrega dos produtos, é emitida uma nota de produtor rural dos produtos entregues pelo agricultor e o pagamento é feito pela SETS, direto na conta do produtor. Em Missal tem 06 entidades beneficiadas e 96 agricultores cadastrados e os projetos são elaboradas e controladas pela Prefeitura Municipal de Missal, PR.

Os Projetos PAA via CONAB também se faz o cadastramento do produtor, mas neste caso a entidade proponente tem que ser uma Cooperativa (COAFASO), pois tem que ser emitida nota fiscal eletrônica do produto destinado às entidades cadastradas, no caso de Missal as escolas municipais e as creches. A quantidade de agricultores que entregam os alimentos são 60.

Em Missal, o PNAE municipal é feito uma tomada de preço dos produtos no município, e adquirido os produtos da Cooperativa (COAFASO), este produtos são fornecidos aos alunos das escolas e creches municipais e pagos com recursos Federais FNDE para custear a alimentação escolar.

Já o PNAE Estadual é através de concorrência pública, aonde só podem participar Cooperativas Familiares, os produtos são fornecidos as Escolas Estaduais tanto no mesmo município ou em outro. Neste caso quem coordena este projeto é a Secretaria Estadual de Educação SEED de Foz de Iguaçu e Curitiba.

O CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) tem a função acompanhar e fiscalizar a qualidade dos produtos destinados à alimentação escolar do município.

## 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

### 4.1 TIPO DE PESQUISA

De acordo com Lakatos e Marconi (2005, p. 83), a tipologia da pesquisa é demarcada pela metodologia sendo “método um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem ao cientista alcançar seus objetivos com maior segurança e economia, por meio de conhecimentos válidos e verdadeiros”.

#### 4.1.1 Quanto à Abordagem da pesquisa

A presente pesquisa pode ser caracterizada como uma abordagem quali-quantitativa em conotação com o problema de pesquisa.

Quanto à tipologia de pesquisa, na abordagem do problema será feita pesquisa qualitativa que, segundo Richardson (1999) *apud* Beuren (2009, p. 91), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”.

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens (GERHARDT, 2009, p. 32)

Em outras palavras, as pesquisas qualitativas são fundamentadas na observação intensiva, com o registro preciso e detalhado do que acontece no ambiente, a interpretação e análise de dados utilizando descrições e narrativas.

Em relação à abordagem quantitativa do estudo, esta se expressa de forma análoga a pesquisa qualitativa, já que neste caso os resultados podem ser quantificados, centrados na objetividade com a Coleta dos dados, mediante condições de controle.

Segundo Gerardt (2009), a pesquisa quantitativa tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana “recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc.”

Neste estudo, os dados coletados foram tabulados e analisados de forma qualitativa, pois se considera que há uma relação dinâmica entre a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável e a promoção do desenvolvimento rural sustentável do município, que pode ser traduzida de forma quantitativa em números pelas informações e opiniões coletadas durante a pesquisa.

#### **4.1.2 Quanto à Natureza da Pesquisa**

Em consideração à natureza do estudo, pode ser relacionada como pesquisa aplicada, considerando que os dados para a realização da pesquisa foram com referência ao espaço geográfico do município de Missal e do grupo de agricultores participantes dos programas PNAE e PAA.

De acordo com Gerhardt (2009, p. 35), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

#### **4.1.3 Quanto aos Objetivos**

Este estudo apresenta uma abordagem em relação aos objetivos como exploratória e descritiva.

Segundo Cervo e Bervian (2002), a pesquisa exploratória tem por objetivo familiarizar-se com fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas ideias. Realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma. Para o autor a pesquisa descritiva, observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

A natureza descritiva do estudo é evidenciada pelos procedimentos inerentes a este tipo de pesquisa, de acordo com Cervo e Bervian (2002, p.66), “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Trata-se do estudo e da descrição das características, propriedades ou relações existentes na comunidade, grupo ou realidade pesquisada”.

Neste caso específico, trata-se do estudo e da descrição das características ou relações existentes entre a agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável do município de Missal – PR.

#### **4.1.4 Quanto aos Procedimentos**

Em relação aos procedimentos, o estudo evidencia pesquisa embasada em pesquisa bibliográfica com fundamentação na pesquisa de campo; pesquisa de levantamento, pesquisa com survey e estudo de caso.

Conforme Lakatos e Marconi (2005, p.185), a pesquisa bibliográfica “abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo”, tanto em materiais impressos, como em ambiente virtual que apresentam relação ao assunto abordado.

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações realizadas a partir da coleta de dados com recurso de diferentes tipos de pesquisa, que neste caso específico se caracteriza como estudo de caso.

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. O pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe (FONSECA (2002) *apud* GERHARD, 2009, p.39).

Nesta pesquisa, os dados foram coletados através da aplicação de questionários aos agricultores integrantes dos programas PNAE e PAA e de visitas aos locais de estudo e constituem-se de fonte primária da investigação, na busca de explicação em relação ao conhecimento existente com a aplicação dessa pesquisa.

## **4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

A população alvo deste estudo são os agricultores integrantes dos programas de alimentação escolar PNAE e PAA do município de Missal - PR.

Para tanto, foram aplicados questionários para 42 agricultores integrantes dos programas PNAE e PAA.

Além disso, foi aplicado um questionário com a nutricionista do município de Missal, responsável pela Gestão da Alimentação Escolar no município com o objetivo de diagnosticar a realidade e o alcance dos programas PNAE e PAA.

#### 4.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A coleta de dados mediante aplicação de questionários a 01 nutricionista e 42 agricultores nos locais de estudo. O trabalho apresenta caráter quantitativo e qualitativo.

Através da aplicação dos questionários, foi possível, num primeiro momento diagnosticar as informações relacionadas à Gestão da Alimentação Escolar com aplicação do questionário à nutricionista do município (Anexo 01). Essas informações relacionadas à educação formal apresentaram repostas quantitativas e qualitativas.

No segundo momento, foi realizada a aplicação do questionário com 42 agricultores que fornecem alimentos ao PNAE e PAA (Anexo 02). Chegar a esse número foi possível dentro de um universo de um grande grupo, com 146 agricultores, estabelecer uma amostra intencional, com os critérios de regularidade de entrega de alimentos no PAA e PNAE nos últimos 03 anos, quantidade e diversidade de produtos entregues, essa identificação foi fornecida pela equipe gestora na elaboração dos Projetos PAA e PNAE no município de Missal PR, com apresentação das comunidades e mapeamento dos entrevistados. A justificativa em entrevistar essa amostragem se dá pelo fato da participação ativa nos programas, onde as perguntas e os dados levantados poderão contribuir com maiores indicadores no processo de formulação das políticas públicas da alimentação escolar. Essas informações relacionadas à educação não formal apresentaram repostas quantitativas e qualitativas.

A verificação e análise do questionário foram realizadas a partir de questões previamente elaboradas em forma de *chek-list*, a partir dos objetivos propostos pelo estudo com intuito de verificar os resultados *in loco* para fundamentar a teoria existente a partir da realidade vivenciada.

#### 4.4 TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

A partir da pesquisa com os agricultores participantes dos programas PNAE e PAA foram tabulados os dados da análise, quantitativa no programa software Excel e no Programa SPSS, sendo calculada a comparação de dados em porcentagem em relação às respostas obtidas nos questionários, sendo também construídos gráficos para melhorar a visualização dos dados.

Para a análise dos resultados, os itens foram organizados e classificados em quatro categorias: Identificação programas PAA e PNAE e instituições, Perfil da agricultura familiar no Município de Missal, PR; forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE e Matriz forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do PAA e PNAE.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 5.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A partir da formulação do questionário, sua aplicação e análise, foi possível caracterizar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná.

Entre os objetivos específicos, abordados na pesquisa aponta-se para a contextualização dos fundamentos teóricos políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PAA e PNAE, onde se observou um grande avanço nos últimos anos da construção e aplicação de políticas públicas que amparam o sistema da agricultura familiar e alimentação escolar.

A importância de desenvolver a pesquisa com olhar voltado para a produção de alimentos saudáveis, fortalecimento da agricultura familiar e a comercialização local destes produtos, possibilitou a sistematização de dados referentes às políticas públicas de alimentação escolar implementadas no município de Missal – PR.

Permitiu a identificação dos aspectos produtivos e socioeconômicos dos agricultores familiares que fornecem alimentos aos programas PAA e PNAE voltado ao desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável, conforme os resultados apontados pela pesquisa e verificado nas tabelas na sequência do estudo.

Realizou-se a sistematização dos dados referentes às políticas públicas, apontando vantagens e desvantagens da produção dos alimentos para o PAA e PNAE, avaliou-se a matriz FFOA (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) do sistema do PAA e PNAE vinculado à agricultura familiar no município de Missal PR.

As questões permitiram a identificação das características do estudo as quais foram organizadas e classificadas em quatro categorias:

- Identificação programas PAA e PNAE e instituições (principais alimentos adquiridos pelos programas, quantidade de instituições beneficiadas pelos programas de alimentação escolar, quantidade de municípios atendidos pelos programas PNAE e PAA);

- Perfil da agricultura familiar no Município de Missal (idade, nº. de filhos, membros da família que trabalham na produção de alimentos, escolaridade, tamanho da propriedade, fonte de renda alternativa);

- Forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE (principais produtos entregues para os programas, sistema de cultivo dos alimentos, principais produtos orgânicos entregues aos programas, principais produtos convencionais entregues aos programas, principais produtos utilizados na produção de alimentos); e.

- Matriz forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do PAA e PNAE (principais forças do PNAE e PAA, principais fraquezas do PNAE e PAA, principais oportunidades do PNAE e PAA e as principais ameaças do PNAE e PAA).

### 5.1.1 Identificação Programas PAA e PNAE e instituições

Para ter conhecimento sobre a realidade da alimentação escolar do município de Missal – PR, foi aplicado questionário com a nutricionista do município, responsável pela organização da alimentação escolar e gestão das ações relacionadas aos programas PNAE e PAA do referido município.

Este procedimento visa diagnosticar as informações relacionadas à Gestão da Alimentação Escolar no município e o alcance dos programas PNAE e PAA.

Quadro 1 - Informações dos Programas PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Programas	Quantidade de agricultores	Valor total do Programa	Valor por agricultor	Instituição que atende
PAA SETS - Secretaria do Trabalho e Emprego e Economia Solidária	65 agricultores	R\$ 291.580,00	R\$ 4.485,00	2 CMEI, Clube do Idoso, Pastoral e Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis.
PAA CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento	66 agricultores	R\$ 296.980,00	R\$ 4.499,69	Escolas, CMEI, APAE e Associação dos Deficientes Físicos;
PNAE Via Coafaso	24 agricultores	R\$ 336.000,00	R\$ 14.000,00	Escolas da Rede Municipal e Estadual

Fonte: Nutricionista da Rede Municipal de Ensino de Missal, PR., 2013

Tabela 3 - Informações das Escolas e Instituições que recebem alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Escola/ Instituição	Quantidade de Instituições	Quantidade de alunos	Quantidade de refeições/ dia
Rede Municipal	9	1.169	1.943
Rede Estadual	6	1.541	1.400
Outra (APAE, catadores, pastoral, idosos, deficientes físicos)	5	60	200
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>2.770</b>	<b>3.543</b>

Fonte: Nutricionista da Rede Municipal de Ensino de Missal, PR., 2013 e Nutricionista da Rede Estadual de Ensino, Núcleo Regional de Foz do Iguaçu PR., 2013

Os principais alimentos adquiridos (comprados) para a alimentação escolar via PAA e PNAE são: leite, carne de frango e gado, cuca, pão caseiro, melado, açúcar mascavo, pepino, repolho, macarrão caseiro, mandioca, mel, ovos, alface, suco de polpa, doce de frutas e abobora. Já os principais pratos servidos aos alunos do município são: galinhada, macarronada, mandiocada, feijão, arroz e carne, polenta com molho de frango, Pão caseiro com chá, cuca com suco de polpa, cachorro quente com suco de polpa, biscoito com leite, e em todas as refeições salgadas acompanha salada (repolho, pepino, tomate, alface, cenoura, beterraba).

Pelas informações coletadas na pesquisa com a nutricionista, verifica-se que a rede municipal de ensino possui horta em 05 escolas, nas quais a nutricionista desenvolve projeto que estimula a alimentação saudável, como as avaliações antropométricas para verificação do estado nutricional das crianças. Em casos mais preocupantes são feitos encontros com a família e aluno para educação nutricional, palestras na sala de aula com o tema alimentação saudável, estímulo do consumo de verduras e legumes através das hortas e oferecimento desses alimentos na merenda.

Pela análise do questionário aplicado à nutricionista, registram-se os aspectos positivos dos programas PNAE e PAA, que são a ampla variedade de produtos, tanto de origem animal como vegetal, o recebimento de produtos frescos, principalmente verduras e a possibilidade de oferecer aos alunos produtos naturais em substituição a produtos artificiais e com aditivos químicos, como no caso dos sucos e panificados.

Em relação aos aspectos que afetam negativamente o desenvolvimento dos programas, podem ser citados o processo de operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE e PAA. A nutricionista relata que o PAA, o processo de renovação do programa é bastante demorado e complexo, dessa maneira, passam vários meses sem ter o programa, pois nesse processo de término e renovação, perde-se muito tempo e compromete a falta de sazonalidade dos produtos que mais são utilizados durante o ano.

### 5.1.2 Perfil da agricultura familiar do Município de Missal, PR.

Quanto à idade dos 42 agricultores entrevistados, conforme a Tabela 4, apenas 02 agricultores estão na categoria de até 36 anos, representando apenas 4,8%. Já na categoria de 37 até 54 anos, temos 26 agricultores, ou seja 61,9% e apenas 14 agricultores acima de 55 anos de idade, sendo 33,3%.

Por estes dados, observa-se o envelhecimento da população rural pesquisada, sendo este fator notado em outras pesquisas, como a realizada por Godoy et. al. (2010) na qual afirma que o envelhecimento da população em geral é uma realidade que afeta os países em desenvolvimento.

O envelhecimento da população é evidenciado pelo aumento da qualidade de vida da população, gerado pela melhoria no tratamento da saúde, vacinas, saneamento básico e outros benefícios refletindo no aumento da expectativa de vida.

No entanto, quando se trata do meio rural, o envelhecimento da sua população iniciou-se, principalmente, pela industrialização das cidades, aliada ao processo de “modernização no campo, que desencadeou um processo de empobrecimento e endividamento dos agricultores, gerando o agravamento das condições de vida dos agricultores familiares” (GODOY *et. al.*, 2010, p. 02).

Esta situação provocou o êxodo rural dos jovens em busca de novas oportunidades de trabalho no meio urbano, com a perspectiva de melhoria da condição de vida, em grande parte pela falta de perspectivas pelo desenvolvimento da agricultura familiar.

Tabela 4 - Idade dos agricultores participantes pesquisa, Missal - PR, 2013

	Frequência	Percentual
19 até 36 anos	2	4,8
37 até 54 anos	26	61,9
55 ate 72 anos	14	33,3
Total	42	100,0

Fonte: Autor

Na Tabela 5, foi identificado o número de filhos dos agricultores que participaram da pesquisa, onde 4 pessoas entrevistadas não possuem filhos, sendo um percentual de 9,5%, 15 agricultores possuem 2 filhos, sendo 35,7% e 13

agricultores que possuem 3 filhos com 31%, apenas 1 agricultor foi identificado com 7 filhos.

Conforme análise da Tabela, é possível avaliar que a quantidade de filhos no meio rural também está sendo reduzida. Essa característica pode ser justificada pela redução da quantidade de filhos das famílias brasileiras de modo geral.

Zago e Bordignon (2012) observam que a queda de fecundidade no meio rural contribui para a diminuição da população camponesa no Brasil

Aspectos econômicos podem atuar significativamente na oferta de mão de obra para a agricultura familiar visto que muitos filhos de agricultores não querem “permanecer no campo pela falta de condições, valorização e qualidade de vida imposto no meio rural” (GODOY *et. al.*, 2009, p. 13).

Aspectos culturais e sociais também atuam na redução da quantidade de membros no desenvolvimento da agricultura familiar.

De acordo com Godoy (2009), “a reprodução da agricultura familiar ocorre de forma endógena, sendo tradicionalmente um dos integrantes da família o sucessor da unidade produtiva”.

Além disso, a situação acarreta outros condicionantes, como por exemplo, a geração da escassez de mão de obra no meio rural que é uma ferramenta de apoio, pois a agregação de valor no produto e a demanda desse serviço se dá com a utilização de pessoas.

Tabela 5 - Número de filhos das famílias que participaram do estudo, Missal - PR, 2013

Nº Filhos	Agricultores	Percentual
0	4	9,5
1	4	9,5
2	15	35,7
3	13	31,0
4	3	7,1
6	2	4,8
7	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Autor

A Tabela 6, apresenta a relação dos membros da família que moram na propriedade. Observa-se que 12 agricultores entrevistados possuem 3 pessoas, 11 agricultores possuem 4 pessoas e 10 agricultores com 5 pessoas.

Tabela 6 - Membros da família da pesquisa, Missal - PR, 2013

Membros da família	Frequência	Percentual
1	1	2,4
2	8	19,0
3	12	28,6
4	11	26,2
5	10	23,8
Total	42	100,0

Fonte: Autor

Contrapondo o índice demonstrado na Tabela 6, a Tabela 7 apresenta as pessoas que moram na propriedade e ajudam na produção dos alimentos fornecidos para a alimentação escolar, onde é possível identificar que 23 agricultores, com 54,8%, somente o casal é quem produz esses alimentos.

Ressalta-se novamente que a agricultura familiar, nos moldes de desenvolvimento que se encontra na atualidade, não estimula a permanência dos jovens no meio rural. No entanto, a continuidade da agricultura familiar está intimamente ligada à permanência dos jovens nas propriedades familiares.

Neste contexto, concorda-se com Godoy et. al. (2009) quando afirma que se torna necessária a implantação de políticas que busquem um processo de melhoria das condições de vida e valorização da população rural tais como: emprego, educação, lazer, cultura e outros. Assim, a implementação de ações e políticas públicas de desenvolvimento territorial podem promover simultaneamente transformações produtivas e institucionais, que visem a valorizar os territórios, buscando assim o fortalecimento da agricultura familiar e sua reprodução e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento rural.

Tabela 7 - Membros da família que trabalham na produção dos alimentos, Missal - PR, 2013

Membros da família que trabalham	Frequência	Percentual
1	6	14,3
2	23	54,8
3	8	19,0
4	3	7,1
5	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Autor

Ao avaliar a Tabela 8, percebe-se que 31% dos agricultores entrevistados possuem a 4ª série completa, 38,1% possuem o ensino fundamental completo e 21,4% o ensino médio completo, apenas 01 agricultor tem o ensino superior.

Pela interpretação destes dados, nota-se que os agricultores, apesar de sua grande maioria não apresentar um nível de escolaridade elevado, não são detectados casos de analfabetismo, percebendo tendência de prolongamento escolar.

Este cenário pode ser considerado significativamente positivo, em virtude de que a educação permite um entendimento sistêmico da dinâmica social, política e econômica no qual os agricultores estão inseridos.

Tabela 8 - Grau de instrução do entrevistado, Missal - PR, 2013

	Frequência	%
Até 3ª Série	3	7,1
4ª Série	13	31,0
Ensino Fundamental Completo	16	38,1
Ensino Médio Completo	9	21,4
Ensino Superior	1	2,4
Total	42	100,0

Fonte: Autor

No Estado do Paraná, a média por propriedade rural é de 20 hectares. No município de Missal esta média é de aproximadamente 14 hectares.

No entanto, notou-se pela pesquisa realizada com os agricultores integrantes dos programas de alimentação escolar PNAE e PAA que, em relação à quantidade de terras, estes apresentaram uma média de 8,189 hectares, podendo ser visualizada na Tabela 9.

Pelos resultados da pesquisa, nota-se o número expressivo de agricultores no agrupamento entre 2,1 até 4 hectares equivalendo a um percentual de 23,8% e no agrupamento entre 4,1 e 8 hectares, apareceu o índice de 15 agricultores com um total de 35,7%.

Esta situação pode ser decorrente da repartição das propriedades familiares entre os membros da família, prática cultural e historicamente praticada na região.

Além disso, segundo Stropasolas (2006) *apud* Zago e Bordignon (2012, p. 03), os agricultores familiares “representam 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil, apesar dessa proporção, ocupam somente 30,5% da área total. Na região Sul

a agricultura familiar é representada por 90,5% dos estabelecimentos rurais, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do valor bruto da produção regional”.

Estas considerações indicam que os participantes dos programas de alimentação escolar desenvolvem as suas atividades na agricultura familiar, essencialmente fundamentada em pequenas propriedades rurais.

Tabela 9 - Tamanho da área da propriedade, Missal - PR, 2013

Propriedade	Mínimo	Máximo	Média
42	0,80	22,50	8,1893
Tamanho da área	Frequência		Percentual
0 a 2 hectares	1		2,4
2,1 até 4 hectares	10		23,8
4,1 até 8 hectares	15		35,7
8,1 até 12 hectares	6		14,3
Outros valores	10		23,8
Total	42		100,0

Fonte: Autor

A Tabela 10 apresenta a participação das famílias entrevistadas em programas sociais do governo federal, com 15 famílias aposentadas, uma porcentagem de 35,7% e 22 agricultores, 52,4% não possuem benefícios.

No meio rural, somente a partir da Constituição de 1988 é que os trabalhadores conquistaram os direitos aos benefícios provenientes da Previdência Social. Pelo qual as mulheres passaram a ter direito à aposentadoria, ou seja, “equiparação dos direitos entre homens e mulheres; redução no limite de idade para a aposentadoria (de 65 para 60 anos/homens, e 55 anos/mulheres); aumento do valor da aposentadoria, de meio para um salário mínimo” (GODOY *et. al.*, 2009, p.10).

Tabela 10 - Programa Social, Missal - PR, 2013

Programa Social	Frequência	Percentual
Aposentadoria Rural	15	35,7
BPC (benefícios de prestação continuada)	3	7,1
Bolsa Família	2	4,8
Não possui	22	52,4
Total	42	100,0

Fonte: Autor

No questionamento sobre outras fontes de renda da propriedade, sem a comercialização na alimentação escolar, a Tabela 11 apresenta que 19 agricultores,

45,2%, têm venda direta, isso envolve a comercialização dos produtos na propriedade, mercados, feira e entrega nas casas. Apenas 2 agricultores dependem exclusivamente da venda na alimentação escolar, 4,8%.

De acordo com Correa (2008) *apud* Godoy, *et. al.* (2010, p.12-13), a diversificação de atividades na propriedade deve ser traduzida como “portadora de novas oportunidades de desenvolvimento rural, desta forma possibilita o aumento de renda para família, revitaliza o espaço rural e suas funções e promove o estímulo da permanência dos jovens no meio rural”.

Tabela 11 - Sem PAA e PNAE qual a outra fonte de renda da propriedade, Missal - PR, 2013

Outra Fonte de Renda da Propriedade	Nº Agricultores	Percentual
Leite	6	14,3%
Lavoura (soja e milho)	5	11,9%
Venda Direta	19	45,2%
Suíno	1	2,4%
Arrendamento da Terra	2	4,8%
Gado de Corte e Leite	3	7,1%
Pesque Pague	1	2,4%
Não Possui	2	4,8%
Leite, suíno e lavoura	2	4,8%
Frango e suíno	1	2,4%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Autor

Pelas considerações dispostas a partir da análise do perfil da agricultura familiar no Município de Missal - PR, reitera-se a importância da implantação e desenvolvimento de políticas públicas de incentivo e estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar voltadas para as propriedades de pequeno porte, visando promover a melhoria do escoamento da produção, o fortalecimento econômico do pequeno produtor orgânico e para garantir a permanência dos jovens, membros destas famílias, no meio rural.

### 5.1.3 Forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE

Neste tópico serão apresentados os resultados da pesquisa inerentes aos produtos destinados aos programas de alimentação escolar e a forma de produção destes itens.

A Tabela 12 apresenta os principais produtos entregues no PAA – Programa de Aquisição de Alimentos via SETS e CONAB, os produtos mais comercializados

no PAA são a carne bovina com 21,2% dos agricultores, verduras e legumes 17,5%, frutas 15% e panificados 10%.

Tabela 12 - Principais produtos entregues no PAA, Missal - PR, 2013

Principais produtos entregues no PAA	N	Percentual
Carne bovina	17	21,2%
Verduras e legumes	14	17,5%
Frutas	12	15,0%
Panificação	8	10,0%
Milho verde	5	6,2%
Polpa de fruta	4	5,0%
Suco de fruta	4	5,0%
Mandioca	3	3,8%
Frango	4	5,0%
Ovos	4	5,0%
Filé de tilápia	3	3,8%
Carne suína	2	2,5%
Total	80	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 13 apresenta os principais produtos entregues no PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, os produtos mais comercializados no PNAE panificados 13,8%, verduras, legumes, frutas e milho verde 6,9%.

Tabela 13 - Principais produtos entregues no PNAE, Missal - PR, 2013

	N	Percentual
Panificados	8	13,8%
Verduras e Legumes	4	6,9%
Milho verde	4	6,9%
Frutas	4	6,9%
Geleia de fruta	3	5,2%
Doce de fruta	3	5,2%
Polpa de fruta	2	3,4%
Melado	2	3,4%
Frango	1	1,7%
Mandioca	1	1,7%
Não entrega	26	44,8%
Total	58	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 14 apresenta o sistema de cultivo dos alimentos do PAA e PNAE onde 50% da produção é ainda convencional, mesmo sendo da agricultura familiar e 32,1% é orgânica, 14,3% panificados.

A produção convencional fundamenta-se pela utilização de técnicas produtivas em larga escala, com a introdução de “insumos químicos modernos

(adubos fertilizantes, agrotóxicos, produtos indutores de crescimento)” (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009, p. 31).

Os programas PNAE e PAA fazem parte de um conjunto de políticas públicas no combate à fome e à pobreza, objetivando a melhoria nos indicadores socioeconômicos dos agricultores familiares. O programa PNAE incentiva os agricultores participantes para a produção de alimentos orgânicos mediante o acréscimo 30% do valor de mercado para este tipo de alimentos. (BRASIL, 2008).

Tabela 14 - Sistema de cultivo dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Cultivo	Nº	Percentual
Convencional	28	50,0%
Orgânico	18	32,1%
Panificados	8	14,3%
Outros (mel e macarrão)	2	3,6%
Total	56	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 15 apresenta os principais alimentos orgânicos entregues no PAA e PNAE, destaque para as frutas com 29,2%, verduras e legumes com 18,2%.

Tabela 15 - Principais alimentos orgânicos entregue no PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Alimentos orgânicos	N	Percentual
Frutas	14	29,2%
Verduras e Legumes	9	18,8%
Melado	1	2,1%
Não entrega	24	50,0%
Total	48	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 16 apresenta os principais alimentos convencionais entregue no PAA e PNAE, a carne bovina com 28,3%, verduras e legumes com 15% e milho verde 13,3%.

Tabela 16 - Principais alimentos convencionais entregue no PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Alimentos Convencionais	Nº	Percentual
Carne bovina	17	28,3%
Verduras e Legumes	9	15,0%
Milho verde	8	13,3%
Filé de Tilápia	3	5,0%
Frutas	2	3,3%
Carne suína	2	3,3%
Frango	4	6,7%
Panificados	8	13,3%
Outros (mel e macarrão)	1	1,7%
Não entrega	6	10,0%
Total	60	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 17 apresenta produtos usados na produção dos alimentos do PAA e PNAE, a ração como matéria prima da carne bovina, os derivados da farinha de trigo para os panificados e agroquímicos como veneno, semente e adubo químico.

Em observação à Tabela 17, nota-se um percentual elevado de utilização de insumos químicos para a produção agrícola. Esta prática pode estar relacionada a aspectos culturais, visto que a agricultura convencional foi introduzida no Brasil a partir da década de 60 (GONÇALVES; ENGELMANN, 2009).

Desta forma, supõe-se que estes agricultores, em função do período histórico vivenciado, pelas experiências e pela aprendizagem, utilizam a agricultura convencional, visto que 61,9% dos agricultores da pesquisa possuem entre 37 e 54 anos (Tabela 4). Contrapondo esse índice, 25,5% não compram matéria prima para produzir alimentos, otimizam a estrutura da propriedade.

Tabela 17 - Produtos usados na produção dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Produtos usados na produção dos alimentos	Nº	Percentual
Ração	11	23,4%
Panificados	7	14,9%
Agroquímicos (semente, adubo e veneno)	12	25,5%
Outros (medicamentos, madeiras e combustível)	5	10,6%
Não compra	12	25,5%
Total	47	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 18 apresenta o custo na produção dos alimentos do PAA e PNAE, 28,6% agricultores entrevistados não compra matéria prima para produzir alimentos, ou seja, aproveitam as alternativas disponíveis na propriedade rural, 42,9% dos agricultores entrevistados gastam menos de 1.000 reais por ano e 19% gastam entre 1.001 reais a 3.000 reais por ano para produzir os alimentos.

Pode-se definir que os gastos são baixos para produzir os alimentos do PAA e PNAE, dessa forma o recurso das Políticas Públicas são bem aplicados pelos agricultores.

Tabela 18 - Custo na produção dos alimentos do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Valor R\$	Frequência	Percentual
0	12	28,6
1 – 1.000	18	42,9
1.001 – 3.000	8	19,0
3.001 – 5.000	2	4,8
Acima de 5.001	2	4,8
Total	42	100,0

Fonte: Autor

Em análise à forma de produção dos alimentos para o PAA e PNAE, percebe-se a importância destes para a propriedade rural, principalmente, no sentido de promover melhores condições de vida para as famílias de pequenos agricultores participantes dos programas.

A introdução do fornecimento de verduras, frutas e legumes influencia positiva e diretamente na agricultura familiar orgânica, visto que estes produtos têm sua produção fundamentada neste sistema produtivo, além de gerarem renda financeira e serem produtos integrantes da subsistência familiar.

Os programas PNAE e PAA possibilitam a estabilidade financeira dos agricultores do município de Missal – PR., que geram consideráveis benefícios à economia local.

#### **5.1.4 Matriz forças, fraquezas, oportunidades e ameaças do PAA e PNAE**

Na análise SWOT, sigla em Inglês para Strengths (força), Weaknesses (fraqueza), Opportunities (oportunidades) e Threats (força) é “um instrumento que pode relacionar metodicamente em um único gráfico, quais são as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças que podem influenciar o desenvolvimento de uma atividade, ajudando a gerenciá-las para melhorar o desempenho” (GRAMMS, 2004, p.105).

A utilização matriz FFOA, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças ajudou a identificar as potenciais ações para resolver as questões relacionadas ao PAA e PNAE. Esta ferramenta reconhece que, geralmente, há dois lados da situação (um favorável e outro desfavorável) e estimula a discussão sobre ambos.

Também deixa explícita a diferença entre os fatores internos que são as forças e fraquezas e os fatores externos que são as oportunidades e ameaças.

O ambiente interno pode ser controlado pelos membros da organização, já que ele é o resultado de estratégias de atuação definidas por eles próprios (GRAMMS, 2004). Quando o município, agricultores e associações percebem um ponto forte em sua análise, devem destacar ainda mais, dando incentivo para que se mantenha forte, já o contrário, quando perceber um ponto fraco, deve agir e controlar, pelo menos diminuir o seu efeito.

Já no ambiente externo os indicadores não podem ser controlados. Mas é importante conhecer, agricultores que perceberem que o ambiente externo está mudando e que tenham agilidade para se adaptar a essa mudança, aproveitarão melhor as oportunidades e sofrerão menos as consequências provocadas pelas ameaças. Por esse motivo a importância da análise do ambiente externo.

Essa é a importância da aplicação da matriz FFOA aos agricultores, uma forma de analisar as fragilidades e potencialidades dos Programas de Alimentação Escolar PAA e PNAE.

A Tabela 19 apresenta as principais forças ou vantagens que o PAA e PNAE possibilita para os agricultores familiares, o principal destaque, com 43,6% a comercialização, onde eles relatam que a certeza, a garantia e a segurança na venda dos produtos incentivam a produção e garante a venda certa. Também aparece com 40%, o lucro certo e renda extra na propriedade.

Tabela 19 - Principais forças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Forças	Nº	Percentual
Comercialização (certeza, garantia e segurança)	24	43,6%
Lucro (renda extra e lucro certo)	22	40,0%
Outras	9	16,4%
Total	55	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 20 apresenta as principais fraquezas ou desvantagens do PAA e PNAE, com 23,4% a demora no pagamento, 10,6% preços baixo de produtos, 8,5% muito desconto nos produtos e 6,4% muita demora entre projetos (férias escolares).

Tabela 20 - Principais fraquezas do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Fraquezas	Nº	Percentual
Demora no Pagamento	11	23,4%
Preço baixo dos produtos	5	10,6%
Muito desconto nos produtos	4	8,5%
Valor do Programa PAA (cota) é baixo	2	4,3%
Muita demora entre um Projeto e outro (férias escolares)	3	6,4%
Outros	11	23,4%
Não Opinaram	11	23,4%
Total	47	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 21 apresenta as principais oportunidades que o PAA e PNAE possibilitam para os agricultores familiares, 34,8% melhoria na infraestrutura da propriedade com a construção de agroindústrias, abatedouros de frango e outras benfeitorias, 26,1% disseram que a valorização da propriedade, com o reconhecimento do valor do agricultor e do produto.

Tabela 21 - Principais oportunidades do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Oportunidades	Nº	Percentual
Valorização da Propriedade (reconhecimento da propriedade, do agricultor e do produto)	12	26,1%
Melhoria na infraestrutura da propriedade (construção de agroindústria, abatedor de frangos e benfeitorias)	16	34,8%
Mercado dos produtos (comercialização)	8	17,4%
Melhoria na qualidade de vida	3	6,5%
Outras indicações	5	10,9%
Não Opinaram	2	4,3%
Total	46	100,0%

Fonte: Autor

A Tabela 22 apresenta as principais ameaças no PAA e PNAE, o que os agricultores acreditam que poderá fragilizar ou ameaçar a continuidade dos programas. Com 16,7% a corrupção pelos gestores do programa na esfera municipal, estadual e federal e a corrupção na CONAB. Com 16,7% a incerteza, insegurança e regularidade deixam os agricultores aflitos e 14,3% as exigências e a burocracia na elaboração dos projetos. Já 11,9% a mudança no governo federal e a preocupação da continuidade nas políticas públicas pelos próximos governos, 28,6% não responderam por não acreditar em ameaças e 11,9% apresentaram outras indicações.

Tabela 22 - Principais ameaças do PAA e PNAE, Missal - PR, 2013

Ameaças PAA e PNAE	Frequência	Percentual
Corrupção (Conab e Gestores do Programa a Nível Municipal, Estadual e Federal)	7	16,7
Mudança no Governo Federal	5	11,9
Incerteza e falta de regularidade	7	16,7
Exigências e Burocracia	6	14,3
Outros	5	11,9
Não responderam	12	28,6
Total	42	100,0

Fonte: Autor

## 6 CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível caracterizar a participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável no município de Missal – Paraná, mediante reflexões geradas a partir do estudo do tema sustentabilidade e produção de alimentos orgânicos pela agricultura familiar, subsidiados por meio dos programas PNAE e PAA como política pública desenvolvida pelo governo.

Os programas destinados a atender à alimentação escolar despontam para as considerações sobre o assunto que perpassa a condição simplesmente alimentar e nutricional que o conjunto oferece.

Contextualizar fundamentos teóricos políticos da produção da agricultura familiar, programas e ações governamentais do PAA e PNAE, somente foi possível pela existência das políticas públicas no Brasil, mediante a implantação de programas que vem subsidiar a permanência do agricultor no meio rural, incentivar, paulatinamente, a substituição da agricultura convencional pela agricultura orgânica visando a exploração do espaço rural de forma sustentável e racional e, em último estágio, permitir a inclusão social do pequeno agricultor.

Os benefícios a longo prazo dos programas PNAE e PAA podem ser indicados pelo processo de transformação do próprio sistema produtivo, que pode ser verificado pela promoção da substituição do plantio convencional e monocultura pela agricultura familiar e orgânica, incentivada por programas de pagamento de valores mais elevados aos produtos orgânicos, a introdução da cultura de novos produtos e a perspectiva de ampliação da área para o cultivo de produtos voltados ao abastecimento do PNAE e PAA.

Assim, percebe-se a importância da implantação de ações sustentáveis e da adoção de condutas adequadas relacionadas à forma de cultivo dos alimentos e aos próprios consumidores, principalmente os consumidores da alimentação escolar, como forma de garantir benefícios a toda cadeia produtiva no âmbito social, econômico e ambiental que poderá efetivamente gerar vantagem aos agricultores familiares na produção dos alimentos e aos alunos no consumo de uma alimentação saudável com procedência local.

Sistematizar os dados referentes à política pública de alimentação escolar implementada no município de Missal – PR contribuiu para uma reflexão de que o maior restaurante do município é a alimentação escolar, atendendo diversas

instituições e alunos com alimentos de procedência, fortalecendo o agricultor e o comércio local. Essas iniciativas provocam uma ligação do alimento com o cultivo, onde muitos alunos estão recebendo um alimento na escola que veio da propriedade de seus pais.

Podem ser verificados outros valores, não menos importantes, que fazem parte da mesma concepção de sustentabilidade e entende-se a importância dos programas para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura rural sustentável, da agricultura orgânica e familiar dos agricultores envolvidos. Este fortalecimento não é o único fator positivo da abrangência dos programas, que também promovem a evolução dos aspectos ambientais, econômicos e sociais.

Em relação direta, foi possível identificar os aspectos produtivos e socioeconômicos dos agricultores familiares que fornecem alimentos ao PAA e PNAE voltados ao desenvolvimento do arranjo produtivo, sua participação na alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Entre os aspectos ambientais, traduzidos, por exemplo, pela não utilização dos agrotóxicos e pela preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Além destes quesitos, verifica-se o aumento do estímulo da produção local, melhoria do cuidado com o solo e da produtividade agrícola, cultivo de sementes próprias, melhoria e guarda das variedades produzidas pelas famílias ao longo do tempo, com a minimização da proliferação de pragas e doenças, o fortalecimento da agricultura familiar por meio das políticas públicas implantadas pelos programas de alimentação escolar asseguram o equilíbrio ambiental pela recuperação dos recursos naturais renováveis à longo prazo.

No aspecto econômico, salienta-se a centralização geográfica de estruturas de compra e gestão dos recursos públicos, o escoamento da produção, o aumento em termos de renda e emprego, o incentivo à produção de outras variedades de produtos na busca de um nicho de mercado pouco explorado, melhoria e adequação das benfeitorias e estrutura física da propriedade rural, baixa utilização de insumos externos e o baixo custo na produção.

Na questão social pode-se indicar a permanência na propriedade rural com a manutenção da união da família assegurada pelo trabalho conjunto, melhoria da qualidade de vida pela redução do uso de insumos, agrotóxicos, pesticidas, entre outros, reconhecimento do papel da preservação, de modo a garantir os saberes locais e manter sua própria identidade e do instinto de proteção ao ambiente com a

certeza de que está fazendo a coisa certa. Além disso, a denota-se a relevância no sentido de permitir à capacidade de produção justa e solidária e satisfação positiva das famílias rurais por participarem dos programas de alimentação escolar com alimento de procedência local e saudável.

Numa perspectiva muito mais ampliada, pode-se pensar nos incentivos dos programas para uma comunidade rural que inicia a produção nos formatos da agricultura familiar e orgânica e que, por este motivo, torna-se visível nos nichos de mercado de produtos naturais orgânicos diferenciados, tornando possível o desenvolvimento de seus negócios.

Por outro lado, a decorrência de fatores adversos que podem comprometer e tornar vulnerável alguns aspectos dos programas implantados afetando-os negativamente, como por exemplo, quando um produtor recebe o pagamento pelos produtos destinados ao programa e investe este recurso em sementes selecionadas por grandes empresas ou pela compra de agrotóxicos de multinacionais. Nestes casos, os recursos que deveriam viabilizar as melhorias da empresa familiar rural são destinados a corporações organizacionais que culminam na nulidade de investimentos diretos na propriedade.

Por este motivo, os agricultores são inicialmente sensibilizados para o correto procedimento na produção de alimentos, para a segurança alimentar e nutricional. No entanto, nem sempre o nível de sensibilidade atinge o patamar desejado, acarretando em percalços que devem ser ajustados no decorrer do processo.

Pela análise das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças foi possível a percepção dos indicadores dos programas de forma contextualizada e ampliada, permitindo a verificação da real situação dos produtores em relação aos programas PNAE e PAA.

Em análise às forças apontadas pelos agricultores mediante a pesquisa, percebe-se que os programas oferecem subsídios financeiros que proporcionam condições para a permanência na atividade, visto que a comercialização dos produtos e o lucro oportunizado geram segurança para os participantes dos programas.

Em relação às fraquezas, denota-se que o preço baixo, o desconto no valor pago pelos produtos, a demora no pagamento e o baixo valor financeiro da cota do PAA podem acarretar fatores que delimitam e dificultam os programas e podem

desestimular, principalmente, os pequenos agricultores familiares que dependem exclusivamente dos programas PNAE e PAA.

Entre as oportunidades desencadeadas pela participação dos agricultores nos programas PNAE e PAA, a pesquisa revelou a valorização da propriedade rural, a melhoria da infraestrutura física e a comercialização e produtos diferenciados das culturas convencionais e, num âmbito maior, a melhoria da qualidade de vida. O desenvolvimento destas oportunidades significam muito mais do que a permanência deste agricultor no meio rural. De maneira mais abrangente convoca para a prática consciente da sustentabilidade e fortalece os sistemas produtivos orgânicos e, finalmente, permite a valorização do homem do campo.

As principais ameaças em relação aos programas PNAE e PAA apontadas pelos agricultores se restringem a eventuais ações ilícitas, corruptivas e errôneas que podem ser desenvolvidas por atos de má fé dos gestores dos programas nas esferas federal, estadual e municipal e, ainda, a possibilidade de mudanças demandadas por trocas no governo.

Apesar das fraquezas e ameaças apresentadas pelo conjunto dos indicadores, ressalta-se a repercussão das forças e oportunidades verificadas em relação à valorização da produção e da propriedade rural, distribuição de renda, investimento no comércio local com o fortalecimento do sistema econômico do município, além do controle e reversão dos impactos das atividades econômicas sobre o meio natural, apresentando um comportamento ético em relação ao meio ambiente, já que o mesmo constitui a base para a melhoria da qualidade de vida tanto dos agricultores como de toda a sociedade.

Na contextualização verificada, percebe-se a importância substancial dos programas de incentivo à alimentação escolar voltada para os princípios da segurança alimentar e nutricional, principalmente por parte das crianças atendidas que são os consumidores finais de todo o processo.

## REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**: As estratégias de mudança da Agenda 21. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis: Vozes, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 e Biodiversidade**. Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável.(2005) Encontrado no site: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/arquivos/CadernoDebates9.pdf>>, acessado em 17 de mar. de 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. **Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 27 abr. 2014

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 10.831. **Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 de dezembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução n.01, 16 jan. 2003. **Estabelece critérios para o repasse dos recursos financeiros à conta do PNAE - previstos na medida provisória n.2, de 24 de agosto de 2001**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/index.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014

BRASIL. Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF** Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Disponível em:< <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Ministério da Educação. (2008). (Disponível em:< <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei da agricultura familiar** nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de julho de 2006.

BRACAGIOLI, A. Metodologias Participativas: encontros e desencontros entre naturalização do ser humano e a humanização da natureza. In: FERRARO JR, L. A. **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos

Educadores. Brasília: MMA, 2005, p. 59 a 69.

BURLANDY, Luciene. **A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo.** Ciênc. saúde Col. 2009, vol.14, n.3, p. 851-860. Encontrado no site:< <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/20.pdf>>, acessado em mar. de 2014.

CAISAN, Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015.** Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS, 2001.

CERVO, Amado L. BERVIAN, Pedro A. Metodologia Científica. 5. Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002

CONAB. **Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento** – Conab, no Estado do Mato Grosso (Sureg-MT). (2008).Disponível em:[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/image/RELATORIOGESTAO/CONAB/2008MT.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/image/RELATORIOGESTAO/CONAB/2008MT.pdf). Acesso em: 27 abr. 2014).

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Rio+20). **Planeta sob pressão: Novos conhecimentos em busca de soluções.** (2012). Encontrado no site: [http://www.inpe.br/igbp/arquivos/FoodSecurity\\_Final\\_LR-portugues.pdf](http://www.inpe.br/igbp/arquivos/FoodSecurity_Final_LR-portugues.pdf), acessado em 19 de mar. de 2014.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO CMMAD. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Relatório Final 2007. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Relatorio\\_Final.pdf](http://www.planalto.gov.br/consea/3conferencia/static/Documentos/Relatorio_Final.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CONSEA, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional.** Brasília: CONSEA; 2004

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **O estado da insegurança alimentar no mundo 2012.** Disponível em: <<https://www.fao.org.br>> Acesso em março de 2014.

FAO. World **Declaration and Plan of Action for Nutrition**, International Conference on Nutrition. Rome, 1992. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/hq/1992/a34303.pdf> >. Acessado em mar. 2014

FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. **Quase 870 milhões de pessoas no mundo estão subnutridas**: novo relatório sobre a fome. (2012). Encontrado no site:< <https://www.fao.org.br/q870mpmesnrsf.asp>>, acessado em 18 mar. de 2014).

FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente, 2013. Disponível em:<[www.reformaagrariaemdados.org.br /.../Construindo %20um %20 estilo%2...pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/.../Construindo%20um%20estilo%20.pdf)>. Acesso em 29 jun. 2014.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653 p.

GODOY, Cristiane Maria Tonetto; PÉREZ, Flávia Inês Carvajal; WIZNIEWSKY, Jose Geraldo; GUEDES, Ana Cecilia; MORAES, Cleia Dos Santos. **Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural**: A realidade do município de Santa Rosa/RS. (2010). Disponível em: <[www.sober.org.br /palestra/15/714.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2014.

GONÇALVES, Sérgio; ENGELMANN, Sandra Andreia. **A Agroecologia e a reestruturação do Desenvolvimento Rural**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 29-51, ago.2009. Encontrado no site:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11947/6978>>, acessado em mar. de 2014.

GRAMMS, Lorena. **Administração Estratégica e planejamento**. Curitiba: IBPEX, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. (2010). Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm)>, acesso em março de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Normas para apresentação tabular**. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993. 61p. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br /visualizacao/monografias/visualiza \\_colecão\\_digital.php?titulo=Normas%20de%20 apresentação%20tabular&link=Normas\\_de\\_Apresentacao\\_Tabulares](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Normas%20de%20apresentação%20tabular&link=Normas_de_Apresentacao_Tabulares). Acesso em: 21 ago. 2008.

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Paraná - Missal - Infográficos**: Dados gerais do município. (2013). Disponível em:< <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=411605>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anuário Estatístico do Estado do Paraná**. (2008). Encontrado no site:<[www.ipardes.gov.br/anuario\\_2008/](http://www.ipardes.gov.br/anuario_2008/)>, acessado em mar. 2014.

\_\_\_\_\_. **Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional.** Curitiba. 2005

\_\_\_\_\_. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLS) do Estado do Paraná.** Diretrizes para políticas de apoio aos arranjos produtivos locais/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Curitiba. 2006

\_\_\_\_\_. **Paraná: economia e sociedade.** Curitiba, 1982

ITAIPU BINACIONAL. Disponível em: <[www.itaipu.gov.br](http://www.itaipu.gov.br)>. Acesso em 15 de março de 2013.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, mar. 2003.

KORNIN, Thaís **Agências de desenvolvimento e a ampliação da esfera pública para a gestão territorial.** (2001). Disponível em:<[www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/.../34](http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/.../34)>. Acesso em 27 abr. 2014.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação.** Curitiba: Editora do Autor, 2000. 90p.

MADRUGA, Jessica Arpino. **Segurança Alimentar e Políticas Públicas.** 2009. Encontrado no site:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/105335/000738670.pdf?sequence=1>>, acessado em mar. de 2014

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana B. **Caderno Segurança alimentar.** 2000. Parte 12-13. Encontrado em: [http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar\\_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf](http://ag20.cnptia.embrapa.br/Repositorio/seguranca+alimentar_000gvxlxe0q02wx7ha0g934vgwlj72d2.pdf)>. Acesso em 20 de mar. de 2014.

MENDES, Francisco Coelho. **Sociedade e Organizações** v. 2 / Francisco Coelho Mendes. – Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. Encontrado no site: [teca.cecierj.edu.br/popUpVisualizar.php?id=48246&urlArquivo=../...](http://teca.cecierj.edu.br/popUpVisualizar.php?id=48246&urlArquivo=../...), acessado em 20 de mar. de 2014

NASCIMENTO, Amália Leonel; ANDRADE, Sonia Lúcia L. Sousa de. **Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?.** *Cienc. Cult.* [online]. vol.62, n.4, pp. 34-38, 2010. Encontrado no site:<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a12v62n4.pdf>., acessado em 17 de mar. de 2014.

OLIVEIRA, Gilson B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento.** Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Encontrado no site:< [http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revistadafae/faev5n2/umadiscussao\\_sobre.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revistadafae/faev5n2/umadiscussao_sobre.pdf)>, acessado em mar. de 2014.

PARANÁ. Governo do Estado. Coordenação de Planejamento Estadual. PDU – Política de Desenvolvimento Urbano para o Estado do Paraná. Curitiba: PLADep. (v.5). Proposições.(Convênio Governo do Estado do Paraná, SUDESUL, SERFHAU, UFPR) (s. d. ).

PERIS, A. F. **Trilhas Rodovias e Eixos**: Um estudo sobre desenvolvimento regional. (Coleção Thésis). Cascavel, Edunioeste 2002.

PESSANHA, B.; MENEZES, F. A. F. **A questão dos agrotóxicos**. Agroanalysis, v. 9, n. 9, p. 2-22, set. 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MISSAL. **Governo municipal de Missal**: Ação com transparência. (2014). Disponível em:<http://www.missal.pr.gov.br/prefeitura/html>. Acesso em: 27 abri. 2014.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: IBPEX, 2007.

RAMOS, Simone Yuri; SANTOS CRUZ, Kelma Christina Melo dos; LOUREIRO, Ianelli Sobral. A Conab e os produtos da sociabilidade. *In*: **Abastecimento e Segurança Alimentar**: o crescimento da Agricultura e a Produção de Alimentos no Brasil. Brasília: CONAB, 2008

REOLON, C. A. **A aglomeração urbana da soja**: Cascavel e Toledo no contexto da metropolização na Mesorregião Oeste Paranaense. (2007). Dissertação (Mestrado) - UNIOESTE/Campus de Toledo, Toledo.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume. FAPESP. 1998.

ROCHET, J.; LEÃO, M.; RECINE, E.; MORAIS, J. G.; FERNANDES, A. L.; CARVALHO, A. **Agricultura familiar, alimentação escolar e a realização do direito humano à alimentação adequada**. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Brasília, fevereiro de 2012. 225 p.

ROESLER, Marli Renate von Borstel. **Gestão ambiental e sustentabilidade**: a dinâmica da Hidrelétrica Binacional de Itaipu nos municípios lindeiros. Cascavel> EDUNIOESTE, 2007, 307p.

SOARES, Renata. **A produção alimentar do município do Rio Grande**: ênfase na produção de hortifrutigranjeiros. (2013). Encontrado no site: [http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra\\_Rosana-da-Silveira-Soares.pdf](http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Rosana-da-Silveira-Soares.pdf), acessado em 20 de mar. de 2014.

STURION, GL. **Programa de alimentação escolar: avaliação do desempenho em dez municípios brasileiros**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2002. Encontrado no site: <<http://www.fea.unicamp.br/alimentarium/verdocumento.php?did110>>, acessado em mar. de 2014.

TORRES, Patrícia Lupion. **Uma leitura para os temas transversais: Ensino Fundamental**. Curitiba: Senar–Pr, 2003.

VIANA, Cibilis da Rocha. **A Dinâmica do Desenvolvimento Econômico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978

VIEIRA, Gustavo Oliveira; D'ORNELLAS, Maria Cristina Gomes da Silva. **Direitos Humanos e Comércio Internacional: a necessidade da construção de pontes por meio da Segurança Alimentar e os novos desafios da OMC: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**, v. 32.2, jul./dez. 2012. Encontrado no site: <http://mdf.secrel.com.br/dmdocuments/GustavoeMaria.pdf>, acessado em 20 de mar. de 2014.

VITORASSI, Silvana; TROBAT, Miquel F. Oliver; SORRENTINO, Marcos. **Programa de Educação Ambiental de Itaipu: avanços e desafios de uma experiência de enraizamento da educação ambiental na Bacia Hidrográfica do Paraná 3**. (2011). Encontrado no site <[www.academia.edu/.../Programa\\_de\\_educacao\\_ambiental\\_de\\_itaipu\\_av](http://www.academia.edu/.../Programa_de_educacao_ambiental_de_itaipu_av)> acessado em abril 2014.

WACHOWICZ, Ruy. **Obrageiros, Mensus e Colonos: história do Oeste Paranaense**. Curitiba : Vicentina, 1982.

ZAGO, Nadir; BORDIGNON, Cristina. **Juventude rural no contexto da agricultura familiar: Migração e investimento nos estudos**. (2012). Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>>. Acesso em: 25 jun. 2014

**ANEXO 01 - FORMULÁRIO DE PESQUISA NUTRICIONISTA**

Questionário aplicado com a nutricionista da alimentação escolar.

1- Município: Missal

2- Nome Coordenador (a) da Merenda Escolar do Município:

3- Telefone:

4- e-mail

5- Nome da Nutricionista Responsável:

6- CRN:

7- Fone:

8- e-mail:

9- Nome do Presidente (a) do CAE:

10- Fone:

11- e-mail:

12- Nº de Instituições da Rede Municipal de Ensino:

13- Nº de Alunos da Rede Municipal de Ensino:

14- Nº de Instituições da Rede Estadual de Ensino:

15- Nº de Alunos da Rede Estadual de Ensino:

16- Total de refeições servida nas instituições da Rede Municipal de Ensino/ dia:

17- Total de refeições servida nas instituições da Rede Estadual de Ensino/ dia:

18- Como é o sistema da compra da alimentação escolar do município:

( ) Tomada de Preço

( ) Pregão:

( ) Licitação:

( ) Compra direta:

( ) Outras forma:

RECURSOS:

Valor aluno PNAE/ FNDE: 0,22

Indígena/ quilombolas 0,44

19- Contrapartida do Município por aluno:

20- O Município possui PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)?

( ) Sim ( ) Não

Caso a resposta for sim: Qual o numero de agricultores cadastrados?

Valor do Município no PAA?

21- Como é o sistema da compra da alimentação escolar da rede estadual:

( ) Tomada de Preço

( ) Pregão:

( ) Licitação:

( ) Compra direta:

( ) Outras forma

22- O Município possui PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)?

( ) Sim ( ) Não

Caso a resposta for sim: Qual o numero de agricultores cadastrados?

Valor Total PNAE no município ano?

23- Quais os principais alimentos da agricultura familiar local na alimentação escolar

servidos para a rede municipal de ensino?

24- Quais os principais alimentos da agricultura familiar local na alimentação escolar servidos para a rede estadual?

25- Utiliza alimentos orgânicos na alimentação escolar da rede municipal e estadual?

Quais?

26- Qual o nome da Associação ou comercialização de alimentos orgânicos e da agricultura familiar do município?

27- Quais os principais alimentos adquiridos (comprado) para a alimentação escolar via PAA e PNAE?

28- Qual o Local ou Origem desse alimento?

29- Principais pratos servidos aos alunos do município?

30- O Município Possui horta comunitária?

31- Possui horta em quantas escolas?

32- Quais os principais alimentos e condimentares produzidos nessas hortas?

33- Como é a aceitação dos legumes e verduras por parte dos alunos?

34- O tema Alimentação Saudável está contemplado no Projeto Político Pedagógico

do Município?

35- Quais as principais ações ou projetos dos Municípios que estimulem a alimentação saudável?

36- O Município possui atendimento para necessidades alimentares especiais?

Sim ( ) Não ( ) Quais?

37 – Quantas crianças apresentam necessidades alimentares especiais?

38- Quais os principais aspectos que afetam, positiva ou negativamente, o processo

de operacionalização da aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE e PAA?

## ANEXO 02 - Formulário de pesquisa agricultores

Questionário aplicado para agricultores do PNAE e PAA.

### I - Caracterização do Agricultor(a)

Nome : \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Cor: ( ) branco ( ) preto ( ) amarelo ( ) pardo ( ) indígena

Tel. \_\_\_\_\_ Cel. \_\_\_\_\_

Est. Civil: \_\_\_\_\_

Filhos: ( ) Não ( ) Sim Quantos? \_\_\_\_\_

Grau de Instrução:

( ) Analfabeto/até a 3 série Fundamental.

( ) 4ª Série Fundamental

( ) Fundamental Completo

( ) Médio Completo

( ) Superior Completo

É o(a) chefe da família ( ) Não ( ) Sim

É proprietário(a) da área em que trabalha? ( ) Não ( ) Sim

Qual a área da propriedade? \_\_\_\_\_

Possui Declaração de Aptidão do Pronaf (DAP)? ( ) Não ( ) Sim.

Desde quando (ano)? \_\_\_\_\_

### II – Em qual Política Pública está inserido na alimentação escolar Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

PAA: ( ) valor anual:

Principais Produtos:

PNAE: ( ) valor anual:

Principais Produtos:

### III - Caracterização das Famílias Agricultoras

Quantos são os membros da

Família? \_\_\_\_\_

Quantos trabalham na

produção? \_\_\_\_\_

Os alimentos são produzidos:

- apenas para consumo da família
- para comercialização
- para consumo da família e comercialização

Algum membro da família recebe aposentadoria ou é titular de algum programa social do Governo Federal?

- Bolsa Família
- BPC (Benefício de Prestação Continuada)
- Aposentadoria Rural
- outro Qual?

**IV- Qual é o sistema de produção de alimentos:**

- Orgânico - Quais alimentos? Ha
- Se orgânico:  com certificação – Qual certificadora?
  - Processo de Conversão
  - sem certificação

- Convencional - Quais alimentos? Ha

Qual Associação da Agricultura familiar ou orgânica que participa?

Sem o recurso financeiro na participação do PAA e PNAE, qual a outra fonte de renda da propriedade?

**V- Sobre a produção dos alimentos:**

Quais os principais produtos (fertilizantes, sementes e venenos) comprados para produzir alimentos ao PAA e PNAE no ano?

Qual o Valor gasto aproximado com esses produtos no ano?

**VI- Matriz Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameças dos Agricultores Familiares que fornecem alimentos ao PNAE e PAA?**

Forças:

Fraquezas:

Oportunidades:

Ameças:

## ANEXO 03 – TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO

### TERMO DE COMPROMISSO PARA USO DE DADOS EM ARQUIVO

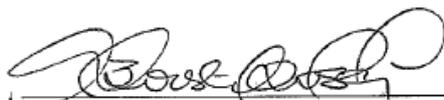
**Título do projeto: A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIRETO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL- PARANÁ.**

**Pesquisadora responsável: Marli Renate von Borstel Roesler**  
**Pesquisador colaborador: Mauri José Schneider**

Os pesquisadores do projeto acima identificados assumem o compromisso de:

1. preservar a privacidade dos sujeitos de pesquisa e dados coletados
2. preservar as informações que serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão
3. divulgar as informações somente de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa
4. respeitar todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares na execução deste projeto

Marechal Cândido Rondon, 03 de julho de 2013.



Pesquisadora responsável: **Marli Renate von Borstel Roesler**



Pesquisador colaborador: **Mauri José Schneider**

## **ANEXO 04 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE**

**Título do Projeto:** A participação da agricultura familiar na defesa da alimentação escolar saudável e promoção do desenvolvimento rural sustentável no município de Missal-Paraná.

**Pesquisadora responsável:** Marli Renate von Borstel Roesler

**Pesquisador colaborador:** Mauri José Schneider

Convidamos você para participar de nossa pesquisa que tem como objetivo identificar a viabilidade social, econômica e ambiental da agricultura familiar na alimentação escolar do município de Missal-Paraná, para isso será realizado um tratamento a sua pessoa, que consiste em uma entrevista com aplicação do questionário de perguntas semiestruturadas (perguntas abertas e fechadas), esta não será gravada.

Durante a execução do Projeto, desejamos com as informações disponibilizadas não gerar riscos, custos e desconfortos ao participante. Para fins de notificação do acontecimento e/ou recebimento de informações necessárias, os pesquisadores poderão ser contatados através dos telefones: Marli Renate von Borstel Roesler - pesquisadora responsável: (45) 99721937; Mauri José Schneider – pesquisador colaborador: (45)88086157.

Durante a entrevista ou mesmo posterior a ela se lhe ocorrer qualquer dúvida, queira alterar o conteúdo declarado ou mesmo não queira participar mais da pesquisa, as pesquisadoras poderão ser contatadas no telefone abaixo.

#### **Gostaríamos de esclarecer alguns pontos:**

- O TCLE, esse documento que estou lendo agora terá duas vias entregue que tanto nós pesquisadoras como você entrevistado deve datar e assinar e cada um ficará com uma cópia.
- Não haverá nenhum tipo de remuneração neste processo de pesquisa, tanto para o entrevistado como para as pesquisadoras
- Será mantido em sigilo sua identidade, endereço ou qualquer forma de reconhecimento;

- Os dados e informações coletados serão tratados com base científicas e pautados no Código de ética resolução 196/96 CEPE, onde garante o sigilo com o tratamento ao usuário.
- Se em qualquer momento ocorrer qualquer dúvida sobre a pesquisa além das pesquisadoras o entrevistado pode entrar em contactar com Comitê de Ética pelo telefone (45) 3220-3272, para maiores informações;
- No caso de emergência médica durante a entrevista utilizaremos dos serviços de atendimento do SIATE;
- Fim e o mais importante queremos ratificar a responsabilidade de assim que este material for apresentado na Universidade e aprovado, será encaminhado uma cópia para a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Missal para aqueles que desejarem possam ter acesso, aos resultados, bem como estará disponível na biblioteca da Unioeste Campus Marechal Cândido Rondon PR.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do sujeito de pesquisa: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nós, Marli Renate von Borstel Roesler e Mauri Jose Schneider, declaramos que fornecemos todas as informações necessárias ao participante.

Missal, \_\_\_\_\_ de Julho de 2013.

\_\_\_\_\_  
Marli Renate von Borstel Roesler  
Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_  
Mauri Jose Schneider  
Pesquisador Colaborador

## ANEXO 05 – TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO



### TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

**Título do projeto:** A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIRETO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTAVEL NO MUNICÍPIO DE MISSAL- PARANÁ.

**Pesquisadora responsável:** Marli Renate von Borstel Roesler

**Pesquisador colaborador:** Mauri José Schneider

**Local da pesquisa:** Missal - PR

**Responsável pelo Conselho dos Municípios Lindeiros local da realização da pesquisa:** Jucerlei Sotoriva

Os pesquisadores acima identificados estão autorizados a realizarem a pesquisa e coletar dados, preservando as informações referentes aos sujeitos de pesquisa, divulgando-as exclusivamente para fins científicos apenas anonimamente, respeitando todas as normas da Resolução 196/96 e suas complementares.

Marechal Cândido Rondon, 03 de julho de 2013.

**Jucerlei Sotoriva**  
Presidente do Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu

## ANEXO 06 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ/



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA DEFESA DO DIRETO À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SAUDÁVEL E PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO MUNICÍPIO DE MISSÁL- PARANÁ.

**Pesquisador:** Marli Renate von Borstel Roesler

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 19437814.2.0000.0107

**Instituição Proponente:** Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 641.156

**Data da Relatoria:** 24/04/2014

**Apresentação do Projeto:**

suficiente

**Objetivo da Pesquisa:**

adequados

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos foram readequados

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

relevante

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

estão adequados

**Recomendações:**

nenhuma

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

nenhuma

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**UF:** PR

**Telefone:** (45)3220-3272

**Município:** CASCAVEL

**CEP:** 85.819-110

**E-mail:** cep.prppg@unioeste.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO  
OESTE DO PARANÁ



Continuação do Parecer: 641.156

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

As solicitações feitas foram atendidas pela pesquisadora.

CASCADEL, 08 de Maio de 2014

---

**Assinador por:**  
João Fernando Christofoletti  
(Coordenador)

**Endereço:** UNIVERSITARIA

**Bairro:** UNIVERSITARIO

**CEP:** 85.819-110

**UF:** PR

**Município:** CASCADEL

**Telefone:** (45)3220-3272

**E-mail:** cep.prpgg@unioeste.br